



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
CURSO DE GRADUAÇÃO RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LARISSA GAMA BARBOSA

**A HISTÓRIA MILITAR DO JAPÃO:
O PROCESSO DE DESMILITARIZAÇÃO E REMILITARIZAÇÃO**

Porto Nacional, TO

2023

Larissa Gama Barbosa

**A História Militar do Japão:
O Processo de Desmilitarização e Remilitarização**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Porto Nacional para obtenção do título de bacharel Relações Internacionais

Orientador: Italo Beltrão Sposito

Porto Nacional, TO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- G184h Gama Barbosa, Larissa.
A História Militar do Japão:: O Processo de Desmilitarização e Remilitarização. / Larissa Gama Barbosa. – Porto Nacional, TO, 2023.
68 f.
- Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Relações
Internacionais, 2023.
Orientador: Italo Beltrão Sposito
1. Relações Internacionais. 2. Império Japonês. 3. Política Externa
Japonesa. 4. Questão Militar. I. Título

CDD 320

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Larissa Gama Barbosa

**A História Militar do Japão:
O Processo de Desmilitarização e Remilitarização**

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, Curso de Relações Internacionais foi avaliado para a obtenção do título de Bacharel e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: _____/_____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Italo Beltrão Sposito, UFT

Prof. Dr. Fernando José Ludwig, UFT

Prof^a. Dr^a. Márcia Sueli Pereira da Silva Schneider, UFT

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe por ser sempre a primeira pessoa a acreditar em mim, por seu amor incondicional, pelas broncas necessárias, e acima de tudo por ser a minha heroína.

Agradeço ao meu irmão por ter despertado o interesse pelo audiovisual, que de certa forma foi o primeiro momento que despertou o interesse por buscar conhecer o mundo. Agradeço à minha irmã por sua leveza e bom humor, mesmo em momentos difíceis as piadinhas sempre me salvaram. Agradeço aos meus irmãos o gosto por séries, filmes e desenhos.

Agradeço a minha família pelo apoio e por serem pessoas importantes que admiro.

Agradeço a família do meu tio Carlos por me acolherem em Porto Nacional e se tornarem parte da minha família. Agradeço à Ivanildes por ter sido fundamental na minha formação.

Agradeço ao meu falecido professor Adão que despertou o interesse pelo curso de Relações Internacionais e por acreditar em mim.

Agradeço ao professor Ítalo por ser meu orientador, por me entender e por me ajudar a terminar o curso.

Agradeço aos professores por fazerem parte desta jornada, foi uma jornada um pouco desgastante, mas maravilhosa. Agradeço à professora Gleys por ter sido uma grande professora, acolhedora e generosa. Por sempre me sentir confortável em suas aulas, mesmo que eu não participasse muito. Agradeço-lhe por falar que devemos ocupar os espaços, sempre dizendo: “eles estão aí, se você não ocupar alguém vai ocupar, então ocupe os espaços”, espero que em algum momento eu possa ocupar o espaço que tanto almejo.

Por fim, agradeço por ter feito o curso de Relações Internacionais na UFT, por ter tido essa oportunidade. Foi uma experiência maravilhosa que me formou para além da academia, me formou uma pessoa melhor.

RESUMO

Abordando o Realismo Neoclássico, esta monografia buscou compreender a questão militar do Japão a partir da Era Meiji. Levando em consideração que após o fim da Segunda Guerra Mundial, o Japão teve o seu território ocupado pela tropa americana e passou por uma mudança de regime que reestruturou a política e a economia japonesa através de uma nova Constituição. No período da ocupação, por ainda ser considerado uma ameaça, o Japão teve que desmilitarizar para que os Estados Unidos conseguissem atuar no Estado nipônico sem a interferência externa e para que os japoneses não pudessem tentar se rebelar contra os americanos. Com o fim da ocupação, o Japão buscou se reinserir no sistema internacional através da política externa de ajuda e investimento financeiro, procurou ter uma postura de pacifismo e de não se envolver em conflitos. Ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000, o Japão buscou várias medidas para se remilitarizar e assegurar sua segurança no sistema internacional. Utilizando a metodologia qualitativa e de estudo de caso, o trabalho conclui que as tomadas de decisões que conduziram ao processo de desmilitarização se deu pelo fato dos japoneses verem como uma oportunidade para reconstruir o país sem precisar destinar esforços para garantir a segurança do arquipélago, e o processo de remilitarização ocorreu pela condição na qual o sistema se encontrava no final da década de 1990, com a eclosão de crises e conflitos que colocavam a segurança do Japão em perigo.

Palavras-chaves: Japão. Desmilitarização. Remilitarização.

ABSTRACT

Through Neoclassical Realism, this monography sought to understand Japan's military issues from the Meiji era onwards. Taking into account that after the end of the Second World War, Japan had its territory occupied by American troops and underwent a change of regime, which restructured Japan's politics and economy through a new constitution. During the occupation, Japan had to demilitarize, as it was still considered a threat, so that the United States could operate in the Japanese state without outside interference and so that the Japanese could not try to rebel against the Americans. With the end of the occupation, Japan sought to reinsert itself into the international system through a foreign policy of aid and financial investment, and sought to adopt a pacifist stance and not get involved in conflicts. Throughout the 1990s and early 2000s, Japan sought various measures to remilitarize and ensure its security in the international system. Using qualitative and case study methodology, the paper concludes that the decisions that led to the demilitarization process were made because the Japanese saw it as an opportunity to rebuild the country without having to devote efforts to guaranteeing the security of the archipelago, and the remilitarization process occurred because of the condition in which the system found itself at the end of the 1990s, with the outbreak of crises and conflicts that endangered Japan's security.

Key-words: Japan. Demilitarization. Remilitarization.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APE	Análise de Política Externa
EUA	Estados Unidos da América
FMA	Fundo Monetário da Ásia
MITI	Ministério de Comércio Internacional e Indústria
MOFA	Ministry of Foreign Affairs
MSA	Mutual Security Assurance
NSC	National Security Council
ODA	Official Development Assistance
ONU	Organização das Nações Unidas
PDJ	Partido Democrata do Japão
PIB	Produto Interno Bruto
PLD	Partido Liberal Democrata
TNP	Tratado de Não Proliferação
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviética

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	REALISMO NEOCLÁSSICO COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE.....	14
2.1	Marco conceitual.	14
2.2	Perspectiva do realismo neoclássico.	19
2.3	Interações dos estados com o sistema internacional... 23	
3	HISTÓRIA JAPONESA APÓS A RESTAURAÇÃO MEIJI E A REINSERÇÃO JAPONESA APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....	27
3.1	Restauração Meiji	27
3.2	Participação nas duas guerras mundiais.....	31
3.3	Ocupação americana... ..	34
3.4	Reconstrução da política e da economia do estado japonês... ..	35
3.5	Fim da ocupação americana.....	38
3.6	Política externa japonesa após a segunda guerra mundial.....	40
4	A QUESTÃO MILITAR DO JAPÃO... ..	45
4.1	Desmilitarização japonesa.	45
4.2	Forças de autodefesa... ..	49
4.3	A indústria de defesa.....	52
4.4	A questão nuclear japonesa... ..	53
4.5	O sistema internacional na década de 1990.....	55
4.6	O processo de remilitarização japonesa... ..	57
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS... ..	65

1 INTRODUÇÃO

O Japão foi um Império Feudal que expandiu seu domínio, poder e influência no Leste asiático, principalmente, na China e na Península Coreana. Participou da Primeira Guerra Mundial ao lado da Tríplice Entente¹, porém, na Segunda Guerra Mundial o país nipônico participou ao lado da Tropa do Eixo², e em 1945 teve as cidades de Hiroshima e Nagasaki bombardeadas pelos Estados Unidos, assim, terminando a Segunda Guerra Mundial ao lado dos perdedores e tendo o país devastado e destruído. Em 15 de agosto de 1945 o país é invadido pelas tropas americanas, iniciando uma nova política japonesa, com a finalidade dos EUA de desmilitarizar e democratizar o país nipônico para que não fosse mais um inimigo para outros Estados.

Sob tutela dos Estados Unidos, criou em 1947, uma nova Constituição que tinha o foco na reestruturação política e econômica do Japão. Na nova Constituição, especialmente no artigo 9º da Constituição, o país renunciou seu direito soberano de ameaça e uso da força para resolver disputas internacionais. A adoção e cumprimento da Constituição se deu pelo Ministro Yoshida Shigeru que elaborou uma política para desenvolver e reestruturar economicamente o país, se subordinando muitas vezes aos Estados Unidos e deixando a segurança do Japão sob o comprometimento do governo americano, o país era a base de segurança estratégica dos EUA na região. A política de Yoshida foi denominada como “Doutrina Yoshida” que colocou em prática em 1950 a recuperação econômica; o país nipônico pode continuar sendo levemente armado, mas não poderia se envolver em questões político-estratégicas; e teve que deixar a segurança do arquipélago para as bases americanas. Cumprindo a Doutrina Yoshida e as demandas dos Estados Unidos, o Japão em 1951 negociou o fim da sua ocupação e iniciou uma cooperação com o governo americano, sendo responsável por projetar o país como *player* no cenário econômico.

Durante a Guerra Fria, o Japão estabeleceu uma política de pacifismo em relação aos seus vizinhos adotando uma estratégia de cooperação econômica de desenvolvimento, tendo um sentimento antimilitar e não se envolvendo em conflitos

¹ Os Estados que faziam parte da Tríplice Entente eram a Inglaterra, a França, a Rússia e os Estados Unidos.

² Os Estados que participaram da Tropa do Eixo foram a Alemanha, a Itália e o Japão.

armados. O Japão utilizou a Ajuda Pública para o Desenvolvimento (Official Development Assistance – ODA) para restabelecer uma relação de confiança com os países vizinhos, visto que o país nipônico ainda tinha um estigma sobre ele por causa das invasões que fez aos países do Leste asiático. Devido ao crescimento após a Segunda Guerra Mundial, esperava-se que o Japão seria capaz de se tornar o país hegemônico da região, mas não foi o que aconteceu, perdendo essa posição para a China. Isto porque na década de 1990 passou por uma crise que fez ter um baixíssimo crescimento, enquanto a China não passou por essa crise e continuou tendo um crescimento considerável.

Com o aumento do investimento chinês na área militar, o governo passou a reivindicar territórios na Ásia-Pacífico, a instabilidade aumentou quando as Forças Armadas chinesas fizeram um ataque balístico em Taiwan. Ademais, a Coreia do Norte adquiriu arsenal nuclear. Tais condições foram responsáveis pelo aumento da tensão regional, levando a revisão da política japonesa.

Considerando este quadro, a pesquisa tem como intuito responder à pergunta: o que explica as tomadas de decisões que levaram aos processos de desmilitarização e remilitarização do Japão? Para isto, o trabalho retoma a Era Meiji (1868-1912) para compreender a política expansionista japonesa que conduziu o Japão a participar da Segunda Guerra Mundial ao lado da Alemanha, cuja consequência foi ter o seu território ocupado pelas tropas americanas, modificando a estrutura doméstica e conduzindo uma nova agenda da política externa japonesa após a Segunda Guerra Mundial. Por fim, faz uma retrospectiva histórica do processo de remilitarização na virada do século XX para o XXI. Utiliza-se a metodologia qualitativa para desenvolver um estudo de caso, aplicando como moldura teórica o Realismo Neoclássico.

A escolha do tema é justificada porque a história do Japão foi marcada por significativas mudanças em termos de condições de segurança. Sua localização em uma área em que ocorrem tensões, desde a Era Meiji em que teve que se adequar para não ter o seu território invadido e, também, desde a década de 1990 que teve várias vezes o seu território ameaçado pelos treinamentos nucleares norte-coreanos e com o aumento do armamento dos vizinhos e do próprio país nipônico, precisa ser analisada em um contexto de crescente transformação global e transição de poder.

O trabalho é dividido em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta a teoria do Realismo Neoclássico e a conceitualização da metodologia qualitativa, estudo de caso. Nele, também são discutidos conceitos como regime político e política externa, sendo, também, tratada a interação dos Estados no sistema internacional através do proposto por Schweller (1994; 1997; 2004). O segundo capítulo aborda a Restruturação Meiji (1868-1912), a participação japonesa nas duas Guerras Mundiais, a ocupação americana no território japonês, as reformas políticas e econômicas, o fim da ocupação americana e a política externa japonesa após a Segunda Guerra Mundial. E, por último, no terceiro capítulo é tratado o processo de desmilitarização, a criação das Forças de Defesa, a indústria de defesa, a questão militar japonesa, como estava o sistema internacional na década de 90 e, por último, é tratado o processo de remilitarização.

2 REALISMO NEOCLÁSSICO COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE

O Japão ao ser derrotado teve o seu território ocupado pelos americanos, o que ocasionou com que o país tivesse que mudar o seu regime político, tirando o poder do Imperador, e transformando o Estado nipônico numa Monarquia-Parlamentarista. O país, a partir disso, teve que reerguer sua política e sua economia, deixando de lado, no primeiro momento, o sistema internacional e se preocupando com suas questões domésticas. Com o país estruturado, os outros Estados perceberam que os japoneses poderiam oferecer ajuda, investimento e, até mesmo, se tornar um mediador de conflitos na região asiática para poder equilibrar o plano internacional na região.

Neste capítulo será tratado, primeiramente, sobre a conceitualização de metodologia qualitativa, estudo de caso, regime político e política externa, já que são elementos fundamentais para a construção do trabalho. Como será tratado, posteriormente, a questão doméstica do Japão e sua atuação no sistema internacional se fez a escolha da teoria do Realismo Neoclássico para conduzir a pesquisa, e por último será abordado a interação entre os Estados e o sistema internacional.

2.1 Marco Conceitual

Nesta seção, será apresentado a metodologia utilizada e conceitos essenciais para a análise desenvolvida neste trabalho. Metodologia é o meio pelo qual a pesquisa será direcionada, utilizando as formas, os recursos e os procedimentos para obter determinada finalidade. "Faz parte da pesquisa metodológica o estudo dos paradigmas, as crises da ciência, os métodos e as técnicas dominantes da produção científica" (DEMO, 1994, p. 37). A metodologia qualitativa exerce a abordagem de interpretação do mundo, assim, os pesquisadores que a utilizam estudam o seu objeto em seus contextos naturais, tentando compreender os fenômenos que ocorrem em determinada situação. Para Creswel (2007), na pesquisa qualitativa o cenário natural é a principal fonte de dados para o pesquisador, sendo que os dados reunidos são majoritariamente descritivos, ou seja, se baseiam na realidade dos fatos.

O estudo de caso é utilizado para delimitar a pesquisa sobre o objeto dentro do seu contexto real, sendo para Yin (2001), os limites do fenômeno e do contexto.

Essa abordagem metodológica busca explorar, compreender ou descrever fenômenos ou cenários complexos, que estão inseridos ao mesmo tempo em diversos fatores. O estudo se delimita em um ou dois casos, assim, possibilitando uma maior profundidade e conhecimento sobre o objeto (GIL, 2002).

No Dicionário de Política, o regime político é o conjunto de instituições que regulam a luta pelo poder e o seu exercício, bem como a prática dos valores que animam tais instituições (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1991, p. 1081). Para O'Donnell e Schmitter (1986), regime político é um conjunto de padrões que estabelece as configurações e que acessam as principais funções governamentais, são as características dos atores que fazem alcançar ou não tais acessos, e são os mecanismos ou meios que se podem utilizar para se obter acesso. O regime liga as instituições, como a legislação e o executivo, o executivo ao judiciário, liga também a população ao governo, totalitário, monarquia, autoritário, democrático. O regime representa a fusão das instituições e segmentos da ordem socioeconômica, ou seja, o regime é estabelecido pela coalizão social a qual faz parte do Estado, os poderes que formam esse Estado e pela institucionalização (PEMPEL, *apud*, HURRELL, 2003). No regime político se faz essencial a institucionalização, visto que, para se definir um regime as instituições fazem parte da estrutura organizacional do poder político, com isso, os padrões das instituições devem ser conhecidos e aceitos por aqueles que fazem parte do processo de regime.

A política externa é um conjunto de práticas estabelecidas pelo Estado, visando estimular ações voltadas ao meio externo que são influenciadas tanto no ambiente doméstico como no ambiente externo (MERLE, *apud*, FIGUEIRA, 2011). “A política externa consiste em metas e medidas destinadas a orientar as decisões e ações dos governos no que se refere a assuntos externos, particularmente suas relações com outros países” (JACKSON E SORENSEN, p.322, 2007). Política externa é a escolha que os governantes dos Estados fazem em conjunto com suas instituições para promover seus interesses e relações no âmbito externo, não esquecendo do âmbito doméstico para promover suas políticas. Figueira considera que a política externa é:

[...] uma resultante da interação entre as arenas domésticas e internacional, ou seja, as preferências dos países manifestas nas negociações internacionais não apenas consideram a interação com as demais unidades do sistema internacional e as possibilidades e os constrangimentos que estas oferecem, mas também as preferências

manifestas internamente, sendo estas conjugadas por diversos atores e estruturas (FIGUEIRA, p.24, 2011).

Tradicionalmente, considerava-se que a política externa estivesse voltada para proteção da sua sobrevivência e soberania diante das ameaças de outros Estados, sendo responsáveis pela configuração do sistema internacional. A perspectiva tradicionalista considera que as decisões adotadas são pautadas pelo Executivo, não levando em conta os atores domésticos nas tomadas de decisões, ou seja “[...] as decisões de política externa resguardam um diferencial significativo em relação às demais políticas públicas, devendo se manter apartada dos interesses domésticos de conflito para, com isso, tomar decisões que reflitam o interesse nacional” (FIGUEIRA, p.11, 2011). Na perspectiva tradicionalista, realista, os parlamentares não fazem parte das definições da política externa, já que eles estão muito próximos dos anseios da população e não tem o arcabouço técnico necessário para promover os interesses nacionais no âmbito internacional, ficam assim, para os agentes competentes a promoção da política externa.

Nessa perspectiva, a política doméstica é de âmbito totalmente diferente e isolado da política externa, tendo sua principal demanda a manutenção da autonomia e a integridade do Estado diante das possibilidades de violações por parte dos outros Estados (FREIRE e VINHA, 2011). Outra perspectiva para estudar a política externa é a pluralista, que considera que os Estados não são os unitários, havendo diferentes atores influentes na tomada de decisões da política externa, tais como, as organizações internacionais, organizações não-governamentais, empresas e a opinião dos indivíduos dos Estados (FIGUEIRA, 2011). A perspectiva tradicionalista e a pluralista têm a mesma premissa em relação à racionalidade dos atores, por considerarem que suas ações são baseadas no benefício que as decisões adotadas podem trazer como resultados.

Assim, para os realistas da abordagem tradicionalista o tipo de regime não tem muita importância, o Estado tem que se preocupar com o interesse nacional, que é diferente das suas instituições. Tem que defender a sua segurança, economia, desenvolvimento social, e a competência de exercer influência no sistema internacional, tendo maior influência na política externa do que no tipo de regime. Por outro lado, para os liberais, a ideologia e o tipo de regime político influenciam as políticas que são conduzidas; eles enfatizam que a política externa dos países democráticos que são mais abertos à negociação e a cooperação (FRANK, 2003).

O tipo de regime político é um fator importante na produção da política externa, visto que, através do regime que ocorre o modelo de governança. Os regimes militares e autoritários tendem a ser expansionistas e violentos, tanto com o seu povo quanto com os seus vizinhos. A política externa desse tipo de regime geralmente é associada com o seu regime sendo considerado agressivo, utilizando a força para obtenção da legitimidade doméstica ou para fortalecer o apoio doméstico em suas conquistas externas; o regime nazista se apossou dessa legitimidade para justificar a sua política externa expansionista (HURRELL, 2003). Os regimes revolucionários têm diferentes interesses tanto para a sua política doméstica quanto para a sua política externa; estes regimes podem ser domesticados pelo sistema internacional dependendo da sua postura diante dos outros Estados. Dentro desta lógica, “qualquer que seja a retórica da revolução, Estados revolucionários se viram condenados a seguir a lógica de poder do sistema político internacional, e para explorar as lógicas de interesse da sociedade internacional” (HURRELL, p.50, 2003)³.

Os regimes democráticos são, geralmente, considerados regimes que projetam a sua política externa sem violências, considerados regimes pacíficos e negociadores, dificilmente entram em guerra com outros Estados, principalmente outras democracias. Essa afirmação de que os regimes democráticos podem ser mais fáceis de se lidar, por causa do seu pacifismo, parte da teoria da paz democrática, que considera que existe um círculo virtuoso entre regimes democráticos, comércio internacional e instituições internacionais (FERREIRA, 2011). A teoria da paz democrática se baseia na observação de que as democracias dificilmente entram em conflito contra outras democracias e que raramente se utilizam da força para estabelecer a sua política, ainda que nas relações entre democracias e outro tipo de regime é mais fácil ocorrer um conflito, por causa de suas divergências políticas (HURRELL, 2003).

Os regimes que são diferentes dos democráticos têm instituições menos regulamentadas, gerando maior instabilidade política, sendo mais propensos a não ter uma paz duradoura. Para a teoria da paz democrática, a mudança de regime para o democrático pode ser tão violenta e propensa à guerra quanto qualquer outra.

³ Versão original - “Whatever the rhetoric of revolution, revolutionary states have found themselves condemned to follow the power-driven logics of the international political system, and to exploit the interest-driven logics of international society.”

A paz regional, portanto, torna-se central à manutenção de relações civis-militares bem sucedidas em casa. Mas isso também refletiu a percepção da importância da construção da ideia e do retórica de apoio externo: a ideia de um clube de estados para o qual apenas certos governos podem pertencer e nos quais a cooperação torna-se a expressão internacional e símbolo tanto das novas democracias e do fim das velhas rivalidades (HURRELL, p.54, 2003).

Ainda assim, “ninguém deve argumentar que tais guerras [entre democracias] são impossíveis; mas evidências preliminares parecem indicar que existe uma predisposição significativa contra a guerra entre estados liberais” (DOYLE, *apud* FERREIRA, p. 96, 2020). Esperam que se aumente a abertura da política externa para um maior envolvimento dos atores da sociedade, como as empresas, movimentos sociais, organizações e partidos políticos. Pode haver uma tendência de que quando acontecer um conflito entre uma democracia e outra democracia as negociações para se chegar a um entendimento é mais fácil, mas quando os regimes são diferentes, uma democracia e um autoritário, a tendência é que para se chegar em um acordo se tenha uma maior dificuldade é que o conflito possa se intensificar (MAOZ e ABDOLATI, *apud* FERREIRA, 2020).

Laura Neack nos lembra que os estados democráticos estiveram por um longo tempo unidos contra o bloco soviético e passaram a dominar o mundo em termos econômicos. Logo, ela questiona se a teoria da paz democrática não poderia servir como uma justificativa para o imperialismo, fato que poderia ser inferido como hipótese com a ação de promoção da democracia capitaneada pelos EUA em suas incursões no Afeganistão e Iraque no pós 11 de Setembro (FERREIRA, p.100, 2020).

Os conflitos que podem levar à guerra tendem a ser baseados na legitimação da soberania que se intensifica por causa da industrialização e modernização dos Estados, levando à expansão do modo em que os Estados querem influenciar o âmbito externo. Se levar em consideração a influência que a democracia pode desempenhar no sistema internacional, ela pode, também, afetar outros Estados, buscando institucionalizar através do intervencionismo coercitivo, as práticas consideradas adequadas por Estados ocidentais e, obviamente, pelos Estados Unidos. E isso teve seu desenvolvimento a partir da metade do século XX, que se fortaleceu, sobretudo, após o fim da Guerra Fria, com os países democráticos conseguindo vencer a guerra.

2.2 Perspectiva do Realismo Neoclássico

Os fenômenos que acontecem no sistema internacional não são simples, e se faz necessário o auxílio das teorias para compreendê-los, podendo ser definidas como “uma expressão, que se pretende coerente e sistemática, do conhecimento acerca do que designamos por realidade” (BRAILLARD, 1990, p.11). Várias correntes teóricas buscam explicar o funcionamento do sistema internacional, como o Realismo e o Liberalismo, além de outras teorias que nasceram delas e de outras que surgiram posteriormente, como a Construtivista, Crítica e a Feminista. Algumas teorias, no entanto, ao tratarem do cenário internacional, com seus dilemas, fronteiras e desempenhos não tem arcabouço para se debruçar sobre o estudo do âmbito doméstico de um Estado. Com isso, a escolha da abordagem realista neoclássica se faz necessária para compreender as escolhas do Estado japonês em sua atuação no exterior.

A teoria do realismo neoclássico apareceu na década de 1990 trazendo de diferente a ideia de englobar a interação entre os âmbito doméstico e externo, trazendo em sua perspectiva os fatores que influenciam e são inevitáveis na percepção e formulação da política externa do Estado no sistema internacional. O realismo neoclássico tem a característica de agregar ao realismo clássico a investigação da política de um Estado em relação ao seu ambiente doméstico, isto é, na relação entre a sociedade e o Estado; simultaneamente tem o rigor teórico do neorealismo, levando em consideração as influências sistêmicas das possibilidades e limitações das ações dos Estados (LOBELL, RIPSMAN, TALIAFERRO, 2016).

A abordagem realista sobre os estudos sobre segurança podem ser definidos por Wohlforth (2010), por três aspectos: o *groupism*, o egoísmo e a centralidade do poder. O primeiro aspecto, o *groupism*, tem como característica a necessidade dos indivíduos em se tornarem um grupo que são demarcados pelos Estados, tornando, desse modo, a estrutura do Estado. Por sua vez, o egoísmo é caracterizado por sua natureza humana, no qual os indivíduos estão numa conjuntura de “guerra de todos contra todos”, acabando de ser refreada pelo Estado. E por fim, a centralidade do poder, sendo caracterizada por sua relação com a influência social e os recursos, pertencendo, na maioria das vezes, aos grupos de maior poder que utilizam esses instrumentos.

Por meio desses traços, consegue-se entender que os Estados utilizam os seus recursos materiais e sociais em conjunto para conseguir coagir os demais

Estados a fazerem o que eles querem. Esse poder está relacionado com a segurança de seus territórios, visto que o sistema internacional é anárquico (WOHLFORTH, 2010), pois não há uma entidade que possa ser superior aos Estados e regulamentar e punir suas ações. Com essas características que pertencem, tanto ao realismo clássico como ao neorealismo, há pressupostos dessas abordagens que se interligam (SCHWELLER, PRIESS, 1997).

Para o realismo clássico, a natureza humana, orientada por conflitos frequentes, é ligada pela existência do conflito, em que as características do líder do Estado são levadas em conta, tendo em consideração que elas podem se afastar inconscientemente da racionalidade nas tomadas de decisões (MORGENTHAU, 2002), se afastando da aversão aos riscos. No neorealismo, para Waltz (1979), a estabilidade garantida pelo poder é criada nas relações dos Estados. Sendo a polaridade a variável independente, o previsto é que os cenários não caiam em hegemonias que duram de forma permanente, as ligações entre os Estados, enxergados como “caixas pretas”, oscilaram na procura do equilíbrio (LOBELL, RIPSAN, TALIAFERRO, 2016).

As instituições são consideradas no realismo clássico e neoclássico, mas são entendidas como representações dos interesses dos Estados (SCHWELLER, PRIESS, 1997). Desse modo, quando estão relacionadas aos Estados desempenham tarefas com mais influência no sistema, podendo ser compreendidas como representações para manter o *status quo*, dado que, "quando o estado ou a coalizão revisionista é mais forte do que as forças que defendem o *status quo*, o sistema acaba passando por uma transformação. As instituições servem para ampliar a rede da ordem estabelecida criada pelo estado ou coalizão mais poderoso do *status quo*" (SCHWELLER, PRIESS p. 13, 1997).⁴

O Realismo Neoclássico apresentou-se a partir de um texto de Gideon Rose, em 1998, orientando-se nas diretrizes dos trabalhos de Christensen (1996), Schweller (1998), Wohlforth (1993) e Zakaria (1998). Nessa visão, o Estado é compreendido como um ator de suma importância da esfera internacional, porém não de modo tão coeso internamente como tradicionalmente visto na tradição realista. Esta nova abordagem considera que tem um papel mediador entre as

⁴ Versão original - "when the revisionist state or coalition is stronger than the forces defending the status quo, the system eventually undergoes transformation. Institutions serve to widen the web of the established order created by the most powerful, status quo state or coalition" (SCHWELLER, 1997, p. 13).

necessidades internas e externas do sistema internacional. Rose empenhou-se em explorar as maneiras específicas como os Estados se comportam, em geral deixadas para a Análise de Política Externa (APE), diferentemente do neorealismo que se debruça sobre os princípios gerais envolvendo as motivações dos Estados individualmente, não se aprofundando a conduta mais detalhada deles. Os que tentam utilizar ambos os lados têm a tendência de se enquadrar nas teorias *Innenpolitik*⁵, pelo grau de análise tendem a ser contrários ao realismo ofensivo (ROSE, 1998).

O realismo neoclássico surgiu, assim, para equilibrar as análises tanto no âmbito doméstico como no âmbito externo, no qual “[...] o escopo e a ambição da política externa de um país são determinados, em primeiro lugar, por sua posição no sistema internacional e, especificamente, por sua capacidade de poder material relativo⁶” (ROSE, 1998, p. 146). Sobretudo, as escolhas em política externa são feitas pelos governantes e pelas elites políticas, que escolhem como será definida a política externa, levando em conta o recurso militar ou pelo poder de influência que o Estado possa ter. Se entende que o poder pode ser considerado como a força e a estrutura estatal em conexão à sociedade, por isso, afeta a capacidade de utilizar os recursos para impulsionar a política externa. Assim, “a compreensão dos vínculos entre poder e política exige um exame minucioso dos contextos em que as políticas externas são formuladas e implementadas⁷” (ROSE, p.147, 1998).

Lobell, Ripsman e Taliaferro (2016) consideram que os Estados são flexíveis, sendo o sistema internacional um conjunto de políticas independente encontradas em diferentes localizações geográficas, dotados de particularidades internas e com os aspectos de capacidades materiais relativas. Ainda se nota que os Estados são diferentes de nações, levando em conta a variação do controle territorial. Tais fatores coexistem e se relacionam num ambiente externo que é anárquico. Os Estados também dispõem seu poder de atuação reduzido de autonomia já que os líderes são limitados em suas decisões pela influência da sociedade, uma variável que necessita ser levada em consideração nas tomadas de decisões políticas. Dessa

⁵ A *Innenpolitik* utiliza métodos de análise de política externa, se referenciando por meio das razões que justificam as escolhas tomadas no ambiente externo por meio de fatores do ambiente interno de um Estado.

⁶ Versão original - “[...] scope and ambition of a country's foreign policy is driven first and foremost by its place in the international system and specifically by its relative material power capabilities.”

⁷ Versão original - “[...] understanding the links between power and policy requires close examination of the contexts within which foreign policies are formulated and implemented.”

forma, a política externa é determinada em partes pelas limitações domésticas, fazendo com que a política seja o resultado dessas relações, acrescentando a análise por meio do poder relativo e dos interesses dos demais Estados. Além disso, os tomadores de decisão de políticas podem não ter informações completas e perfeitas sobre os atributos materiais dos Estados já que, "as avaliações brutas da distribuição internacional de poder são inadequadas (...) porque os líderes nacionais podem não ter acesso aos recursos totais de poder material de um país⁸" (ROSE, 1998, p. 161).

A teoria, também, propõe que a variável independente é o poder material relativo, em que sua elevação afeta na política externa de um Estado e em seus interesses. Rose (1998) nota que não efetivamente os tomadores de decisão percebem o ampliado do poder material relativo, o que pode levar os países a terem comportamentos diferentes entre eles, mesmo tendo capacidades parecidas. Além de que, os Estados mais enfraquecidos, geralmente, precisam de mais tempo para poderem usar o poder relativo, ao mesmo tempo em que é difícil dimensionar sua capacidade material de forma objetiva. Então, o desenvolvimento não é visto como consistente, assim, os Estados não agem de forma tão coesa e esperada por causa da influência do sistema.

Mesmo que haja coação para as tomadas de decisões por causa das questões internas, o país não consegue deixar de ser influenciado pelo sistema internacional. Ainda que o papel internacional não seja, potencialmente, o definidor da conduta, é uma influência indireta, podendo ser ou não concedida de forma direta pelos organizadores de política externa dos Estados. Por isso, a influência não é entendida de maneira racional, mas vulnerável a interpretações. Os formuladores da política externa não são exclusivamente o propósito da segurança, mas também a amplificação de seus atributos materiais, nas análises dos realistas neoclássicos. Rose (1998) também escreve que "os realistas neoclássicos presumem que os Estados respondem às incertezas da anarquia internacional buscando controlar e moldar seu ambiente externo"⁹. As compreensões que os formuladores de política

⁸ Versão original - "Gross assessments of international distribution of power are inadequate (...) because national leaders may not have access to a country's total material power resources" (ROSE, 1998, p. 161).

⁹ Versão original - "neoclassical realists assume that states respond to the uncertainties of international anarchy by seeking to control and shape their external environment". (ROSE, 1998, p. 152).

externa têm entre si e como examinam-se atributos de capacidades relativas são pontos de análises para os realistas neoclássicos.

2.3 As Interações dos Estados no Sistema Internacional

A teoria do Equilíbrio de Poder, encontrada em *Theory of International Politics* (1979), sugere que os Estados atendem às demandas sistêmicas. O equilíbrio de poder “é uma teoria sobre os resultados produzidos pelas ações descoordenadas dos estados. A teoria faz suposições sobre os interesses e os motivos dos estados, em vez de os explicar. O que explica os constrangimentos que confinam todos os estados” (WALTZ, 2002, p. 170). Por meio da desarmonia dos atributos e capacidades entre os Estados, que é observada como desigual, eles precisariam encontrar o equilíbrio por meio de sua quantidade de poderio para poder assegurar sua segurança.

Em *Alliances: Balancing and Bandwagoning* (Walt, 1985), é explorado o processo de formulação de alianças, no qual os Estados procuram o balancing como resolução ao aumento de uma ameaça, enquanto o bandwagoning busca o alinhamento com a fonte da ameaça. Neste sentido, o balancing é compreendido por dois aspectos:

“Primeiro, eles colocam sua sobrevivência em risco se não conseguirem conter uma hegemonia em potencial antes que ele se torne forte demais. Aliar-se à potência dominante significa depositar a confiança em sua benevolência contínua. A estratégia mais segura é aliar-se àqueles que não podem dominar prontamente seus aliados, a fim de evitar ser dominado por aqueles que podem. (...) Em segundo lugar, unir-se ao lado mais fraco aumenta a influência do novo membro na aliança, porque o lado mais fraco tem maior necessidade de assistência. Em contrapartida, aliar-se ao lado mais forte dá ao novo membro pouca influência (porque ele acrescenta relativamente menos à coalizão) e o deixa vulnerável aos caprichos de seus parceiros. A opção preferencial deve ser a de se unir ao lado mais fraco¹⁰” (WALT, 1985, pp. 110-111).

Para Schweller (1994), a perspectiva de *balancing* e *bandwagoning* proposta por Walt precisaria ser mais aprofundada já que, para ele, unicamente a segurança

¹⁰ Versão original - “First, they place their survival at risk if they fail to curb a potential hegemon before it becomes too strong. To ally with the dominant power means placing one's trust in its continued benevolence. The safer strategy is to join with those who cannot readily dominate their allies, in order to avoid being dominated by those who can. (...) Second, joining the weaker side increases the new members' influence within the alliance, because the weaker side has greater need for assistance. Allying with the strong side, by contrast, gives the new member little influence (because it adds relatively less to the coalition) and leaves it vulnerable to the whims of its partners. Joining the weaker side should be the preferred choice” (WALT, 1985, pp. 110-111).

não seria fator determinante para os Estados escolherem uma dessas estratégias, seria preciso um maior encorajamento. Este encorajamento seria motivador para uma transformação no comportamento dos Estados, que não fundamentalmente se alinhariam a um lado por fundamento de assegurar à atual ordem, mas preservar seus interesses específicos.

Para Schweller (1994), o intuito do *balancing* seria a autopreservação e evitar prejuízos, em contrapartida, o *bandwagoning* seria a possibilidade de ter proveitos. O aparecimento de uma possível ameaça externa, não necessariamente faz com que os Estados se movimentem. A teoria de equilíbrio presume que a forma dominante que se projeta a movimentação de um Estado é feita pela segurança, deixando de lado ameaças que são movidas pelo provento, o que diminuiria sua capacidade. De outra forma, a presença do Estado crescente faz com que outros Estados reajam para o *balancing* ou *bandwagoning* como uma escolha para a obtenção que possa levar a ganhos.

As escolhas de alianças são movidas pelas possibilidades de ganho e também de ameaça. A teoria do equilíbrio foi projetada para considerar somente os casos em que o objetivo do alinhamento é a segurança e, deixar de lado as alianças que são motivadas pelos ganhos. Entretanto, uma das principais motivações do *bandwagoning* é compartilhar os resíduos da vitória. No momento em que os ganhos, e não a segurança, conduz as escolhas de alianças, os Estados não esperam para serem ameaçados ou persuadidos para se posicionarem, fazem por conta própria. As alianças se movimentam com o impulso de recompensas, por isso os casos de *bandwagoning* não são vistos com fins de ganhos, mas como uma resposta às ameaças.

“No fundo, a teoria do equilíbrio de ameaças sofre de um problema que aflige toda a teoria realista contemporânea: ela vê o mundo apenas pela ótica de um Estado satisfeito com o status quo. Diferentemente dos realistas tradicionais, como E.H. Carr e Hans Morgenthau, os realistas modernos normalmente presumem que os Estados estão dispostos a pagar altos custos e correr grandes riscos para proteger os valores que possuem, mas que só pagarão um preço pequeno e correrão poucos riscos para melhorar sua posição no sistema” (SCHWELLER, 1994, p. 85)¹¹.

¹¹ Versão original - “At bottom, balance-of-threat theory suffers from a problem that plagues all contemporary realist theory: it views the world solely through the lens of satisfied, status-quo state. Unlike traditional realists such as E.H. Carr and Hans Morgenthau, modern realists typically assume that states are willing to pay high costs and take great risks to protect the values they possess, but will only pay small price and take low risks to improve their position in the system” (SCHWELLER, 1994, p. 85).

Por outro lado, os Estados que incentivariam o *balancing* não necessariamente seriam os enfraquecidos se levantando contra uma ameaça, já que o país que procura manter o *status quo* pode pertencer aos mais poderosos (SCHWELLER, 1994). O *balancing* e o *bandwagoning* são observados por atitudes conduzidas por retornos positivos e negativos, isto é, por conta da necessidade de gastos por parte de quem procura balancear, pois é necessário reprimir o crescimento de uma nova potência no sistema, além de trazer os demais Estados.

Quando Schweller (2004) refere-se ao processo de tomada de decisão interna para responder às ameaças, trazendo o *underbalancing*, aborda dois pontos: a formação dos atores para trazer o equilíbrio e o recurso para o Estado consiga auxiliar na busca pelo equilíbrio, pois, isto resultaria em impasses de dimensão material e político no aparato doméstico. A teoria da balança de interesses argumenta que a distribuição de capacidades não seria suficiente para manter o sistema estável, levando em consideração que tanto o *balancing* quanto o *bandwagoning* são itens de decisões dos Estados que mudam conforme seus interesses, levando em conta que as disputas de interesses domésticos e que as decorrentes decisões dos líderes são influenciadas antecipadamente de serem executadas na política externa. As tomadas de decisões dos Estados não seriam somente impostas pelo sistema, ainda que ele tenha um papel influente.

As instituições, por sua vez, podem incentivar, em parte, as potências a procurarem o *balancing*, visto que prestariam como um modo de atrair demais Estados que buscam alcançar algum benefício com o movimento (SCHWELLER, PRIESS, 1997). Poderia ocorrer o mesmo com o *bandwagoning*, em que o Estado que tem objeção procuraria aumentar sua rede de influência por meio das instituições. Além do mais, o nível doméstico do Estado é levado em consideração: se há consenso entre as elites, como se configura o regime, ou seja, se tem apoio ou é instável, além da concordância por parte da sociedade e da elite, afetando a capacidade do Estado em movimentar seus recursos (SCHWELLER, 2004).

As mudanças de regimes ocorrem, como no caso do Japão, para conseguir se adequar às demandas internas, e às vezes ao sistema internacional, mesmo que isso possa ocorrer de forma truculenta, em que se tenta manter a sua soberania mesmo que isso signifique perder forças no plano internacional. Os regimes políticos que são muito diferentes têm certa dificuldade de estabelecer uma relação na

política externa, por outro lado, regimes que são iguais têm mais chance de ter uma relação boa, visto que, ocorre uma identificação.

Este primeiro capítulo consistiu em conceituar os termos que serão utilizados ao longo do trabalho para compreender o Japão. Foi apresentada a teoria do Realismo Neoclássico que busca analisar a política externa dos Estados levando em consideração a política doméstica. E por último, foi apresentado o *balancing* e o *bandwagoning* que são estratégias que os Estados utilizam para interagir e para equilibrar o poder no sistema internacional.

No próximo capítulo será abordada a Restauração Meiji, na qual o Japão passou a ser uma potência mundial na região asiática, e como a partir daí o Estado nipônico se comportou nas duas Guerras Mundiais. Posteriormente, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Japão foi ocupado pelas tropas americanas, e teve que mudar o seu regime político para se adequar a demanda dos Estados Unidos. Com a sua reestruturação da política e economia, o país tentou se reerguer internacionalmente buscando se projetar no cenário internacional, em um primeiro momento com ajuda externa e de financiamento, para depois, por meio de pressão, tentar se projetar para equilibrar o sistema na região asiática.

3 HISTÓRIA JAPONESA APÓS A RESTAURAÇÃO MEIJI E A REINSERÇÃO JAPONESA APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Como já havia sido abordado que o objetivo do trabalho é fazer um estudo de caso sobre o processo de remilitarização japonesa, se faz necessário antes disso abordar a história do Japão a partir da Era Meiji, século XIX, pois foi nessa época que o Japão saiu de um Estado feudal para se tornar um Estado de forte poderio militar, aliado do Ocidente e ameaça à segurança de seus vizinhos, sobretudo a China e a Coreia. Foi nessa época que o Imperador se tornou uma figura sagrada, sendo equivalente a Deus. Por isso, é fundamental referir a Restauração Meiji e as mudanças que ela trouxe para o Japão para compreender a ocupação que ocorreu no território e que levou à renúncia à guerra e, posteriormente, anos depois a busca pela remilitarização do país.

3.1 Restauração Meiji

Antes da Restauração Meiji o Japão consistia em uma sociedade feudal, as terras pertenciam aos senhores feudais, conhecidos como *daimyo* e tinham o Xogum com o poder de comandar o Estado por ordem do Imperador, cargo ocupado pela dinastia Tokugawa, no poder desde o século XVI. No século XIX, a Ásia passava por dificuldades com o fortalecimento da colonização europeia, o Japão temendo o que estava acontecendo na China, que foi dominada ao negar os interesses do seu colonizador, em 1868, instaurou um movimento nacionalista orquestrado com a ajuda dos samurais com o objetivo de combater as ameaças e manter a segurança frente aos ataques externos, diante a falta de capacidade do Xogum em liderar o país. O movimento declarou o imperador como de fato o soberano da nação, intocável e sagrado, assim, se deu o início da Era Meiji (WATANABE, 2015).

Foi através da Restauração Meiji que o Japão se tornou um Estado moderno, com o propósito de se tornar forte para se defender das ameaças das potências ocidentais e para conseguir estabelecer relações com elas de maneira igualitária. Isso se deu por meio da industrialização, fortalecimento do poder militar e a busca para se parecer igual perante os olhos dos países do Ocidente. Com a Restauração Meiji o Japão criou uma Constituição que delegava todos os direitos e poderes para o Imperador, para demonstrar de fato que ele era soberano. Mesmo que a Constituição assegurasse os privilégios do Imperador foi criada a Dieta, o

parlamento japonês, formada por duas câmaras, a Câmara Alta era a câmara dos representantes e a Câmara Baixa era a dos conselheiros. A primeira era composta por nobres e os escolhidos pelo governo e a segunda formada por eleitos através do voto popular. Porém, quem votava eram os homens maiores de 25 anos que contribuíssem com uma taxa de 15 ienes, de modo que somente 2% da sociedade estava apta a votar (RIBEIRO, 2017).

Em 1872 o Japão realizou a “Missão Iwakura” em que foram enviadas delegações do país aos Estados Unidos e à Europa para estabelecer relações diplomáticas. Com a política de expansão imperialista na região do Leste asiático, com o lema de “País Rico e Força Militar”, o Japão optou por desvincular sua identidade da Ásia para se aproximar do Ocidente, para isso foi preciso se tornar uma potência militar. Não só havia um interesse econômico para essas políticas (expansão e militar), mas também havia uma visão supremacista de que a Ásia seria mais próspera sob a liderança de um país da região no lugar do Ocidente. Uma das maiores preocupações japonesas era sobre as fronteiras com outros países.

O Japão, em 1855, definiu que as ilhas Kurilas seriam divididas com a Rússia, mas em 1875 com um novo acordo foi decidido que as ilhas Kurilas ficariam com o Japão enquanto a ilha Sacalina ficaria com a Rússia. Com a China, o Japão disputava a ilha de Okinawa, situada perto do Japão (WATANABE, 2015).

Outra disputa japonesa em relação à China era a questão da Coreia. O Japão tinha o interesse de garantir influência sobre o país coreano por meio de uma política ofensiva, como quando impôs o Tratado de Kanagawa (1854) que estabeleceu negociações desproporcionais, igual os Estados ocidentais. Na Coreia, em 1894, estavam ocorrendo disputas entre coalizões opostas, uma das coalizões era a favor da modernização com o apoio do Japão e a outra era contra; com essas disputas internas a China e o Japão mandaram tropas para conter os conflitos. Após o cenário ser contido, os dois países negaram a retirada de suas tropas, assim, naquele ano iniciou a guerra Sino-Japonesa (RIBEIRO, 2017).

Com a vitória japonesa contra a China, tanto no mar quanto na terra, demonstrando sua superioridade técnica, assinou-se o Tratado de Shimonoseki (1895) em que se definiu que a China retirasse sua presença na Coreia; além disso, teve que conceder os territórios de Formosa, Ilha dos Pescadores, a Península Liaotung e pagar uma indenização para o Japão. A conquista rápida que teve sobre o Estado chinês demonstrou a sua força e o seu objetivo de se tornar um império

poderoso. O povo japonês ficou eufórico com a conquista de seu país, isso incentivou o sentimento nacionalista após tempos de ameaças externas.

No entanto, a Rússia que tinha interesse na Coreia e na Manchúria, junto com a França, a Alemanha e a Grã-Bretanha utilizaram a alegação de assegurar a paz na região, obrigando o Japão a devolver a Península Liaotung (RIBEIRO, 2017). Dessa forma, o povo japonês se sentiu humilhado, porém, como o país não tinha forças para entrar em um conflito contra esses países cedeu a península, para manter uma relação boa com os países e para que o seu território não fosse invadido. Com o sentimento de derrota o povo passou a trabalhar ainda mais para que o país crescesse politicamente, economicamente e, sobretudo, militarmente (TOGO, 2005).

Após a guerra Sino-Japonesa, a Rússia ocupou a Península Liaotung e em 1900, depois da rebelião dos Boxers¹², se apossou da Manchúria. O Japão, como não tinha um aliado militar, recorreu à Grã-Bretanha, interessada na estabelecida regional devido à sua colonização da China, fez um acordo com o Japão para frear a expansão russa. Deste modo, foi assinada a aliança Anglo-Japonesa, sendo a primeira aliança que era entre um ocidental e um oriental. A Grã-Bretanha tinha como objetivo frear a Rússia e garantir a estabilidade no Pacífico; a aliança durou até 1923 (KUPCHAN, 2010).

Com a decisão do Japão de se desfazer da Península Liaotung e a questão com a Manchúria, as relações japonesas e russas ficaram complicadas. A Coreia era a principal aflição do Japão. O país acreditava que para ter uma mínima relação com a Rússia, a Coreia teria que pertencer ao domínio japonês, e a Manchúria ao domínio russo (TOGO, 2005). Entretanto, esta configuração considerada como de equilíbrio pelo Japão não se manteve, pois a Rússia tentava estabelecer bases militares no território coreano. Em 1904, o Japão surpreendeu os russos ao atacar as frotas em Port Arthur, assim rompendo o conflito entre as duas nações. No primeiro momento, os EUA declararam que apoiariam o Japão, mas se manteve neutro. Caso a Rússia conseguisse conquistar a Coreia, iria cercar o país nipônico, e iria arruinar os planos americanos com a conquista da Manchúria, já que a região

¹² Conflito que ocorreu na China, no final do século XIX, em que um grupo nacionalista chinês se rebelava contra a opressão dos estrangeiros no território. Descontentes como a China não conseguia se opor a colonização imperialista no país.

era rica em recursos naturais. Por outro lado, os EUA temiam que a Rússia se tornasse mais poderosa que o próprio EUA (WATANABE, 2015).

O conflito entre as duas nações foi custoso com muitas baixas para os dois lados; após intensa batalha o Japão ganhou o conflito. O Japão, mais uma vez, tinha ganhado tanto no mar quanto na terra e a Rússia saiu enfraquecida da guerra e com questões internas para ser resolvida. Com a assinatura do Tratado Portsmouth (1905), o país nipônico pode reaver a Península Liaotung, garantiu a anexação de parte da Ilha Sacalina e conseguiu o direito de administrar a ferrovia da Manchúria (WATANABE, 2015). “Com as altas despesas de guerra, o Japão precisou pegar empréstimos com a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, esperando quitá-los com as indenizações pagas por Moscou” (RIBEIRO, p.62, 2017). Com a vitória nipônica na guerra os países ocidentais passaram de fato a verem o Japão como uma grande potência militar, enquanto a Rússia demonstrou sua fragilidade e seu declínio.

Buscando interpretar como o Japão exerceu sua política expansionista, devemos avaliar seu poder militar, visto que muitos países asiáticos eram fracos para se defender e não possuíam aliados fortes; os japoneses tinham a Grã-Bretanha como aliada.

Aplicando o conceito de *balancing*, em que um Estado busca preservar sua segurança através da aliança militar e busca equilibrar o poder diante de uma ameaça, o Japão que no começo da Restauração Meiji tinha receio de ser invadido pelo Ocidente buscou se aliar militarmente com a Grã-Bretanha. Somente após a ameaça russa que foi acordado a aliança militar, buscando equilibrar o poder na região. Com a aliança foi possível que esses Estados pudessem monitorar a região e, assim, podendo promover seu interesse na Ásia com sua política expansionista.

No *balancing* a ascensão de um Estado pode ser considerada uma ameaça para sua segurança. Com efeito, tenta-se criar um contrapeso para restringir o poder desse Estado que está em crescimento. Como ocorreu com o Japão, o seu crescimento trouxe preocupação tanto para a Rússia quanto para a China que tentaram frear o seu expansionismo, no entanto acabaram sendo derrotados pelo país nipônico, demonstrando a sua força militar. Assim, no *balancing* alguns Estados utilizam as alianças para não serem dominados, como foi no caso do Japão e aproveitou da aliança para sua política expansionista. Sendo a melhor estratégia para os japoneses, visto que conseguiram estabelecer uma aliança militar, conseguiram garantir sua segurança e promover seus interesses.

Nesse período, o Japão buscou equilibrar o poder na região, visto que a crescente dominação Ocidental nos países vizinhos, o país nipônico estabeleceu poder militar para frear a Rússia, mas também para tentar se igualar à Grã-Bretanha, utilizando o *balancing* para formar uma aliança militar para estabelecer suas ambições. Participando de conflitos contra nações enfraquecidas pela colonização e também contra os próprios colonizadores. A política imperialista japonesa fez várias vítimas, principalmente a Coreia, já que em 1910 o país foi obrigado a se tornar um protetorado japonês, com o governo perdendo seus poderes políticos, o exército coreano sendo desfeito e passando a ser administrado pelo Japão. A Coreia perdeu o direito de se governar, a sua cultura foi subjugada, e a população foi submetida a situações humilhantes, como o caso das mulheres coreanas que foram obrigadas a se tornarem “mulheres de conforto”.

Mas o Ocidente não estava se preocupando com o que acontecia na região, pois sua preocupação estava voltada para a política expansionista da Alemanha, que poderia arruinar o status quo europeu. O Japão aproveitou que o Ocidente tinha que lidar com a Alemanha e as questões das guerras, para conseguir avançar com a sua política imperialista e se tornar o Estado mais forte na região do Extremo Oriente.

3.2 Participação Japonesa nas duas Guerras Mundiais

O Japão demonstrou após os conflitos que participou contra a China e a Rússia, e por colocar a Coreia sob o seu domínio, que era uma potência regional no Leste asiático. Com o poder militar que os japoneses haviam desenvolvido, o Ocidente esperava que o Japão entrasse na Grande Guerra ao lado dos Aliados. Assim, em 1914, o Império nipônico declara guerra à Alemanha e se deu abertura para que o país pudesse expandir cada vez mais seu domínio pelo Pacífico.

O Japão ao entrar na guerra tinha como objetivo avançar sobre a área de dominação alemã na região; dessa forma, o país fez um ataque à base militar alemã na península de Shandong, na China, conquistando posses alemãs na região, como Qingdao. Outro objetivo japonês era continuar tendo influência na China. Quando aconteceu o movimento revolucionário na China que levou à renúncia do imperador, o Japão se aproveitou que os europeus estavam ocupados lidando com a Alemanha e estabeleceu o país chinês em sua zona de influência, através de cláusulas. Essas

cláusulas colocariam em posse do Japão, além das que pertenciam à Alemanha, a Manchúria, que se tornaria o protetorado de Manchukuo, e a Mongólia, e ainda dava ao direito de intervir em assuntos chineses (WATANABE, 2015).

Com o fim da Grande Guerra, os países ocidentais convidaram o Japão para participar da Conferência da Paz, conquistando pela primeira vez o direito em participar de um fórum com as potências mundiais. A participação japonesa na Conferência criou um sentimento de rivalidade entre a China e o Japão, visto que o país nipônico havia se apossado de parte do território chinês (TOGO, 2005). Além das posses alemãs no Pacífico que o Japão teve ganhos também na economia, ultrapassando os ganhos dos Estados Unidos, as importações e exportações triplicaram e a produção de aço e cimento teve um aumento significativo, se tornou o maior fornecedor de navios e conseguiu quitar sua dívida externa (WATANABE, 2015). O Japão finalizou a guerra ao lado dos vencedores, teve altos ganhos com ela economicamente, conseguiu se apossar dos domínios alemães na região e provou ser mais uma vez sua força militar, tudo isso sem de fato entrar diretamente em confronto na guerra.

Antes de tratar como foi a participação do Japão na Segunda Guerra Mundial se faz necessário abordar como foi o período entre guerras para os japoneses. Como já foi abordado anteriormente, a Manchúria era de grande importância, por causa dos recursos, e em 1929, com a crise mundial, as tropas do Japão na Manchúria explodiram uma ferrovia em Shenyang sob o argumento de que rebeldes forçaram-na a provocar tal incidente, para garantir os interesses japoneses na região e para assegurar o desenvolvimento nacional (TOGO, 2005). A população japonesa estava passando por dificuldades por causa da crise mundial, reconheceu tal atitude japonesa como positiva para garantir o desenvolvimento econômico. Com a retomada da Manchúria se criou um novo Estado (Manchukuo) foi reconhecido e aprovado pelos japoneses, assim, o novo Estado não passava de fantoche para os interesses nacionalistas japoneses (WATANABE, 2015).

Contudo, a China ficou descontente com tal atitude de independência de Manchukuo e o caso foi levado até a Liga das Nações. A Liga organizou uma missão e mandou para a Manchúria; após a missão, a Liga declarou que o território pertencia à China. Em 1933, a Liga das Nações levou o caso à votação; com a derrota na votação o Japão se retirou da Liga. Mesmo a China lidando com brigas internas entre os comunistas e os nacionalistas, o que unificava o Estado era o

sentimento anti japonês (WATANABE, 2005). Em 1937, ocorria o conflito entre os exércitos chineses e os japoneses, sendo considerada uma guerra não declarada, naquele mesmo ano o Japão causou o ataque a Nanquim. O Japão demonstrou mais uma vez a sua crueldade com seus vizinhos quando cometeu vários assassinatos em massa e utilizou novamente as mulheres como escravas sexuais.

O Japão evitava ficar isolado no sistema internacional, na época em que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a URSS enxergavam o país nipônico como perigo. O Japão se aproxima da Alemanha, visando ainda ter influência na China enquanto o Estado alemão avançava cada vez mais rápido. Os políticos e militares japoneses se afeiçoavam com a Alemanha nazista e olhavam com bons olhos o expansionismo alemão (TOGO, 2005). Assim, o Japão se alinhou com a Alemanha nazista e a Itália fascista, formando o Eixo e encaminhando o mundo para uma nova guerra.

Em 1941, o Japão realizou um ataque contra a base americana em Pearl Harbor, fazendo com que os Estados Unidos entrassem de fato na Segunda Guerra Mundial (WATANABE, 2015). O Japão invadiu as colônias, não conseguiu vencer a China e avançar na Ásia e, ao falhar em desestabilizar a frota marítima americana, não conseguiu prontamente vencer o conflito naval contra as potências aliadas. Com a derrota na Batalha de Midway mostra a ponto em que o Japão começa a ser vencido pelos Aliados, nessa batalha o país nipônico perdeu navios e tem sua frota debilitada. O estopim da rendição do Japão veio após os ataques nucleares que os Estados Unidos lançaram contra as cidades de Hiroshima e Nagasaki. O Japão saiu da Segunda Guerra Mundial do lado dos perdedores, tendo o seu território ocupado pelas tropas americanas e com a sua população devastada e arruinada pelos todos os acontecimentos que se sucederam.

Uma das características do *balancing* é a possibilidade de as alianças militares serem desfeitas quando o adversário em comum é derrotado e podendo acontecer com que as antigas alianças se tornem adversários. Isto aconteceu com o Japão que durante a Primeira Guerra Mundial participou do conflito ao lado dos Aliados e na Segunda Guerra Mundial participou ao lado da Alemanha.

3.3 A Ocupação Americana no Território Japonês

Em um primeiro momento antes do Japão se render oficialmente no fim da Segunda Guerra Mundial e dos Estados Unidos lançarem bombas atômicas nas

idades Hiroshima e Nagasaki, a Grã-Bretanha, a China e os EUA fizeram a Conferência de Yalta com o objetivo de traçar um plano para a rendição japonesa e de como eles lidariam com o país. A URSS também participou da conferência, mas só ajudaria o Japão se suas condições sobre as posses territoriais que o país nipônico havia tomado fossem atendidas. Nessa conferência, a União Soviética deixou preestabelecido que iria declarar guerra ao Japão após a rendição da Alemanha.

A Grã-Bretanha, a URSS e os EUA também se reuniram em Potsdam (Alemanha) para discutir o plano para o mundo pós-guerra. Em relação ao Japão, ficou acordado que deveriam desfazer a influência do líder que levou a população japonesa à guerra, pretendendo criar um novo regime de paz e segurança. O governo americano tinha planos para os japoneses de que não se tornassem novamente uma ameaça para o mundo e que seu governo deveria ser responsável e pacífico, respeitando os princípios da democracia (COONEY, 2006).

O Imperador Hirohito não aceitou a proposta dos Aliados e, nos dias 6 e 9 de agosto de 1945, os Estados Unidos responderam o imperador de forma rápida e violenta, jogando duas bombas atômicas nas cidades Hiroshima e Nagasaki, resultando na rendição japonesa. Um fato sobre o ataque americano é que a URSS declararia guerra ao Japão três meses após o fim da Segunda Guerra Mundial, isto é, a declaração de guerra seria no dia 8 de agosto (MEE JR, 2007). Essa atitude americana pode ser compreendida como uma estratégia para não perder o poder de influência sobre os soviéticos e para conseguir montar uma base que pudesse ficar de olho no que acontecia na região. Após os acontecimentos o Imperador Hirohito enviou uma declaração em que aceitaria as condições dos Aliados, mas que eles não acabassem com o direito de o imperador ser um governante soberano. No dia 15 de agosto, o Império Japonês declara o fim da guerra para o seu povo (MEE JR, 2007).

Na ocupação, os americanos tinham um impasse em relação ao Imperador, os Aliados queriam que ele fosse julgado por seus crimes de guerra, enquanto os japoneses não queriam que o Imperador fosse julgado, pois para eles tudo o que ocorreu não foi culpa do Imperador e que ele era o soberano da nação. Os Estados Unidos, com receio que a população japonesa pudesse se rebelar contra a ocupação, encontrou um meio para acalmar o povo nipônico e os Aliados. Propôs que o Imperador Hirohito fosse poupado das acusações se concordasse em aceitar

o regime democrático e modificar as instituições imperiais para transferir os poderes para o parlamento (SUGITA, 2003).

A ocupação americana no território japonês fez com que o país nipônico passasse por transformações. Primeiro, mudou-se o tipo de regime e o Japão passou de uma Monarquia para uma Monarquia-Parlamentarista. Segundo, o imperador perdeu o seu poder de comandar a nação, mas conseguiu não ser condenado pelos inúmeros crimes de guerras cometidos. A ocupação rendeu, além da modificação de regime e a perda de poderes do imperador, a criação da Constituição de 1947 que obrigava o Japão a se desmilitarizar e a renunciar à guerra. As reformas políticas e econômicas foram feitas durante a ocupação, através da Doutrina Yoshida.

3.4 Reconstrução da Política e da Economia do Estado Japonês

Com a ocupação iniciada e com o interesse de colocar em prática a Declaração de Potsdam, os Estados Unidos buscavam dar um fim ao imperialismo japonês e, isso se daria por meio da substituição da antiga Constituição da Era Meiji. A nova Constituição tinha que dar poder ao povo, para que se pudesse amenizar o risco do Japão se tornar novamente uma ameaça para os EUA, para seus vizinhos e para o mundo. O General MacArthur¹³ queria que o Japão escolhesse como seria a nova Constituição, pois tinha receio que fosse acusado de violação do Direito Internacional (TAKEMAE, 2002), mas não aceitaria que o regime continuasse sendo uma monarquia em que o imperador detivesse todos o poder. MacArthur achava, assim como a teoria da paz democrática que as democracias são menos propensas a entrarem em guerra.

Em outubro de 1945, o primeiro-ministro Shidehara Kijuro (1945-1946) organizou uma equipe para revisar a Constituição da Era Meiji, intitulada de “Comitê de Investigação de Problemas Constitucionais”, sob a liderança do ministro responsável Matsumoto Jouji (KOSEKI, 1997). Os membros do comitê eram os líderes políticos do Dieta, e eram também professores de Direito Constitucional; porém, Matsumoto não fazia parte dessa área e entrou como líder por causa da insistência de Yoshida Shigeru. As recomendações para a criação da Constituição vinham do próprio povo japonês que enviavam cartas, editoriais e faziam

¹³ O General MacArthur foi o comandante responsável pela ocupação americana no Japão. Foi delegado a ele a função de reestruturar o Japão e de manter a ordem interna durante a ocupação.

telefonemas; se abriu um canal em que o povo pudesse dialogar, discutir e debater sobre o que deveria ser a constituição (MACARTHUR, 1964).

Os membros do Comitê enviaram, em janeiro de 1946, um rascunho da nova Constituição ao General MacArthur, conhecido como “Rascunho Matsumoto”, porém o documento enviado pouco mudou a antiga Constituição. Sobre o Imperador o rascunho o descrevia como supremo e inviolável, e as normas constitucionais eram pouco eficazes precisando serem revistas. Para MacArthur, o documento não condizia com a Declaração de Potsdam e as mudanças eram ineficazes. Foi designado o General Courtney para a nova elaboração da Constituição, e MacArthur escolheu alguns membros do comitê para fazer sugestões à nova Constituição. Três princípios deveriam reger o novo documento: primeiro o Imperador continuava sendo o chefe de Estado, mas deveriam ter eleições em que o povo escolheria o chefe de governo; o Japão renunciaria à guerra e ao sistema feudal (TAKEMAE, 2002).

A nova Constituição foi escrita pelos japoneses com influência dos americanos. Foi exposta para o Imperador que a aprovou, visto que isentava dos crimes de guerra e asseguraria sua posição. Os artigos mais importantes para o governo eram o 1º e o 9º, que garantiram a posição do Imperador como um símbolo do Estado, ainda que perdendo sua soberania e status de divindade; além disso, a renúncia à guerra, garantindo o fim da beligerância e a abolição das Forças Armadas. Conforme podemos ver no texto:

Artigo 1. O Imperador deverá ser o símbolo do Estado e a unidade do seu povo, derivando a sua posição a partir da vontade do povo no qual reside a soberania do poder.

Artigo 9. Aspirando sinceramente a paz mundial baseada na justiça e ordem, o povo japonês renuncia para sempre o uso da guerra como direito soberano da nação ou a ameaça e uso da força como meio de se resolver disputas internacionais. Com a finalidade de cumprir o objetivo do parágrafo anterior, as forças do exército, marinha e aeronáutica, como qualquer outra força potencial de guerra, jamais será mantida. O direito à beligerância do Estado não será reconhecido.¹⁴

Não foi apenas uma mudança de regime e a criação de uma nova Constituição que aconteceu no Japão, mas uma reforma econômica foi efetuada para garantir a manutenção do Estado japonês e para desempenhar o papel de aliado dos Estados Unidos na região do Leste asiático. Antes da derrota na guerra, a economia japonesa era controlada por um grupo de industriais, conhecidos como

¹⁴ JAPÃO. Constituição (1947), 03 de maio de 1947. **A Constituição do Japão: 1947**. Tóquio, Dieta, 1947. Disponível em: <<https://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/constituicao.html>>. Acesso em: outubro de 2023.

zaibatsu, que faziam parte da elite. Faziam parte do zaibatsu os conglomerados Mitsui, Mitsubishi, Sumitomo, Yasuda e Kabushiki (WATANABE, 2015). A relação entre esse grupo e o Império japonês se intensificou quando começaram a usufruir dos territórios e dos recursos que o Japão dominava. Os zaibatsu intensificaram a produção de combustíveis, ferros, aço e máquinas e isso fez com que a economia japonesa crescesse e fortalecesse o Estado.

No pós-guerra, mesmo tentando controlar a crise econômica, a população japonesa fez manifestações nas principais cidades devido à situação econômica. Com o descontentamento do povo e as chances de estourar uma crise nacional, os EUA passaram a intervir na economia japonesa, para garantir as reformas políticas e o crescimento econômico. Com o país nipônico desmilitarizado e com uma possível crise civil por causa da péssima economia, os americanos temiam que a influência soviética pudesse alcançar os japoneses. No primeiro momento, os americanos queriam como aliado na região a China, mas como o país estava passando pela revolução comunista, o governo americano deixou os chineses de lado e passou a ter foco total na ocupação japonesa. Desse modo, o crescimento econômico japonês era o ponto principal da política americana no exterior (UEHARA, 2003).

O presidente americano enviou o economista Joseph Morrell Dodge para avaliar e elaborar um plano para reconstruir a economia nipônica. O Plano Dodge foi bem-sucedido, conseguindo diminuir a inflação e fortaleceu a economia, com foco na exportação (WATANABE, 2015). Como resultado, a inflação caiu de 80% para 24%, o preço de bens de mercado caiu 35% e o preço de bens de consumo caiu 38% (SUGITA, 2003). Inicialmente, esses dados podem dar a impressão de que o Estado nipônico estava conseguindo controlar a sua situação doméstica, mas a estabilidade econômica estava acontecendo em detrimento de custos sociais. Assim, foi através da alta taxa de desempregados, orçamento público cortado, diminuição do consumo interno e quebras de pequenas empresas que o Japão conseguiu estabilizar a economia do país.

Em suma, neste período, a nova Constituição foi aprovada e entrou em vigor em 1947, os políticos estavam satisfeitos com o documento constitucional, pois conseguiram ampliar seus poderes, o Imperador continuou com seus direitos, mesmo não governando mais, e poderiam focar nas reformas econômicas que impulsionaria o Estado japonês a uma nova fase no sistema internacional. A Guerra na Coreia levou ao Japão o equilíbrio econômico, o desenvolvimento interno e o

melhoramento das relações com os Estados Unidos. A reforma econômica japonesa foi importante para a manutenção da ocupação militar no arquipélago nipônico e para a sociedade japonesa. A estabilidade do crescimento econômico japonês proporcionou o estabelecimento da sua relação com os americanos como aliados, sendo o principal parceiro na região e se tornando o satélite americano para observar os vizinhos japoneses. Essa nova fase de relação dos dois países foi determinante sobre a política externa japonesa durante a Guerra Fria, se tornando uma potência econômica mundial. A reforma econômica foi a última fase de reformas imposta ao país nipônico, assim, após esse período o governo do Japão buscava retornar sua soberania e dar fim à ocupação militar americana em seu território.

3.5 O Fim da Ocupação Americana

Com o estabelecimento das reformas políticas e econômicas no Japão e o crescimento da sua importância como aliado dos Estados Unidos durante a Guerra da Coreia, se deu abertura para discutir a retomada da soberania pelos japoneses. De modo que os propósitos da ocupação tinham sido alcançados, com o Japão se tornando uma democracia, mudando o poder do Imperador para o símbolo do Estado e não sendo mais uma ameaça para o mundo. Na década de 1950, o Departamento de Estado viu a necessidade de encerrar a ocupação, com o receio de que se continuassem com a ocupação poderia gerar uma revolta popular em relação aos americanos, porém, os militares que estavam em Washington queriam que a ocupação fosse mais duradoura, dado a posição estratégica japonesa.

O primeiro-ministro Yoshida Shigeru, foi o líder na retomada da soberania japonesa, sendo o articulador para construir a nova imagem do Japão em torno da conduta que o país passaria a desempenhar no sistema internacional e ao lado dos Estados Unidos, e principalmente, construir o modelo de política externa que o país usaria até o fim da Guerra Fria. A maior aflição de Yoshida durante as negociações do Tratado de Paz era em relação à segurança do arquipélago, visto que, o governo japonês não tinha como garantir a sua segurança contra ameaças externas, sendo essencial a ajuda americana para a segurança. Deste modo, com o governo de Yoshida o Japão passou a se alinhar aos interesses americanos (SAKAMOTO, 2009).

O governo japonês enviou documentos relacionados com os aspectos domésticos do país para o governo americano buscando uma reavaliação nas relações bilaterais e nas regras estabelecidas no tratado de paz. O conselheiro Dulles, ao voltar para o Japão informou para o primeiro-ministro Yoshida que os EUA iriam criar o tratado como nações amigas, demonstrando, assim, que as relações entre os países e o Japão estariam se apaziguando.

Os Estados Unidos estavam preocupados com a Guerra Fria e a crescente influência soviética na região, o governo americano tinha o território japonês como ponto estratégico para suas Forças Armadas. O governo americano queria estabelecer o alinhamento japonês, através de um tratado, para o Japão não se tornar aliado dos soviéticos, visto que, o arquipélago tinha grande capacidade de produção e a sua localização estratégica (PYLE, 2007). Mesmo com o Japão ainda recuperando sua economia, desabastecido de poder militar, mas localizado estrategicamente entre os americanos e os soviéticos, o Japão poderia exercer uma política oscilante. Temendo isso, os EUA buscaram colocar o Japão como o seu satélite na região. Em julho de 1951, o Japão recebeu uma proposta de acordo com importantes concessões dos aliados (PYLE, 2007).

O Japão e os EUA assinaram um tratado de segurança, iniciando uma aliança militar. Com esse tratado, os americanos continuariam a utilizar o território japonês para suas bases militares, tinham o direito de intervir no ambiente interno em qualquer ocasião e poderiam usar suas bases no território nipônico para enfrentar qualquer ameaça sem consultar o governo japonês. Com a assinatura desses dois tratados, o Japão em abril de 1952 retomou sua soberania, abrindo uma nova abertura para exercer um novo papel no sistema internacional, através de uma política externa pacifista e de ajuda aos outros países (WATANABE, 2015).

O Japão após retomar a sua soberania pode ter deixado o *balancing* e tornado o *bandwagoning* a sua estratégia no sistema internacional. O *bandwagoning* consiste em um Estado mais fraco, o Japão, busca se aliar a um Estado mais forte, os EUA, pois o Estado percebe que será difícil resistir ao Estado mais forte. Durante a ocupação os japoneses não tiveram escolha em acatar as ordens dos americanos, porém com a recuperação da soberania o Japão poderia escolher com quem queria se aliar. Esta estratégia do *bandwagoning* pode acabar se tornando arriscada, pois o país nipônico acaba confiando seu destino aos americanos.

Um dos motivos que levaram o Japão a se aliar dessa forma com os EUA foi a questão da segurança, já que os americanos ainda a assegurariam. No *bandwagoning*, um Estado procura unir-se com uma potência para que seja fornecida segurança, além do Estado não se tornar uma ameaça. Podendo então se tornar submisso aos interesses do outro país, tanto politicamente quanto economicamente.

3.6 Política Externa Japonesa Após A Segunda Guerra Mundial

Após o Japão sair derrotado da Segunda Guerra Mundial e ter o seu território ocupado pelas tropas americanas, o país teve que se reconstruir politicamente e economicamente, e isso ocorreu através da Doutrina Yoshida em que o primeiro-ministro se debruçou para alcançar o equilíbrio no ambiente doméstico para depois se preocupar com o ambiente externo. A teoria do realismo neoclássico aborda a política externa como sendo guiada pelo lugar que o país está no sistema internacional e pela sua força de capacidade material (ROSE, 1998). Com isso, para compreender a política externa que Yoshida adotou foi necessário abordar a história japonesa e a sua reconstrução, para entender qual era o lugar do Japão no cenário internacional e como ele projetou sua política voltada para o pacifismo, renúncia à guerra e ajuda externa.

O posicionamento adquirido pelo governo japonês diante do sistema internacional, a partir de 1950, era de pacifismo e de ajuda externa, sendo um ator secundário por causa da sua Constituição e pelos pontos defendidos por Yoshida, mas também pela vontade do povo japonês que estava mais interessado com o desenvolvimento econômico do que com a política que o país desempenharia no sistema internacional (SANTOS, apud, UEHARA, 2003). Outro motivo que levou o país nipônico a manter este tipo de política externa foi às imposições dos Estados Unidos após o final do conflito, preocupado principalmente com a influência japonesa sobre a Coreia e a China. Qualquer tentativa de afastar essa premissa de política externa era vista com desconfiança e preocupação.

A partir de 1947, aconteceu uma renovação das relações entre o Japão e os EUA, com base nos interesses econômicos, culturais e políticos, que evidencia os americanos como fator central na articulação da política externa japonesa (UEHARA, 2003). Com a guerra na Península Coreana aumentou o interesse dos americanos pela recuperação japonesa, com a guerra o impulso à economia

japonesa foi alterado pela obtenção de produtos japoneses por parte dos americanos. Os recursos eram adquiridos por meio de compras de equipamentos para as forças armadas no Extremo Oriente, do pagamento aos funcionários japoneses que trabalhavam para o exército dos Estados Unidos, e pelos gastos realizados pelos soldados e civis (ALLEN, apud, UEHARA, 2003).

Em 1957, foi realizado o primeiro relatório anual do Ministério dos Assuntos Estrangeiros Japonês (da sigla em inglês, MOFA), em que foram expostos os três principais pontos para a condução da política externa japonesa: o primeiro ponto visava uma aproximação da política externa com as Nações Unidas; o segundo ponto era a cooperação com as democracias liberais; e por último, norteava o fortalecimento do status japonês como membro da Ásia, deixando de lado, nessa declaração, os EUA. Mesmo assim, os Estados Unidos foram fundamentais para o estabelecimento da política externa japonesa no período pós-Guerra, influenciando o desenvolvimento da reinserção internacional japonesa (UEHARA, 2003).

Em 1952, após restabelecer sua soberania, o Japão pediu sua entrada como membro da ONU, no entanto, sua solicitação foi barrada pela URSS. Com o compromisso firmado através da Declaração Conjunta Japão-URSS, em 10 de outubro de 1956, os soviéticos apoiaram a candidatura japonesa e os países ocidentais o colocaram na lista com o nome de 16 países, enviada pelo governo de Krushchev para o ingresso na ONU. Com isso, foi possível que o Japão se tornasse membro da ONU em 18 de dezembro de 1956 (FUKUSHIMA, 1999). A aprovação japonesa como membro da ONU facilitou o começo da reinserção do país nipônico no sistema internacional, facilitando a entrada em outros organismos internacionais, promovendo seus interesses políticos e econômicos. Mesmo com a aprovação, a adesão do Japão ainda não se estabeleceu como concluída, já que ainda tinha a “cláusula sobre inimigos”¹⁵, que diferenciava o país dos demais países no momento da formação, por estarem em guerra (DRIFTE, 2000).

O crescimento econômico japonês provocava uma inquietação aos países ocidentais, pelo Japão ter se tornado uma potência econômica, mas que não se envolvia com as questões do meio internacional. Isso provocou uma certa irritação entre os países ocidentais por causa do baixo compromisso em participação internacional, sendo um resultado da aplicação da política de Yoshida (SAITÔ,

¹⁵ Foi inserida na carta da ONU a cláusula sobre inimigos quando os Estados que venceram a guerra fundaram a instituição.

1990). Nesse contexto, o Japão era tido como uma potência econômica, mas um anão político. Enquanto a economia japonesa era inferior, isso não causa ameaças aos países, mas a partir do momento em que o país cresceu apareceram imputações de que os japoneses estavam se beneficiando dessa situação, tomando como proveito os EUA e as instituições haviam criado e administrado desde o fim da Segunda Guerra Mundial (FUKUSHIMA, 1999).

Até aquele momento, a política externa japonesa prosseguia a ser desenvolvida com base na Doutrina Yoshida, se limitando a comercializar com os países e evitando se envolver em qualquer conflito internacional, assim “o Japão não demonstrava interesse real em cumprir algum papel político e isso se refletia nos princípios aplicados à sua política externa: desenvolvimento de uma diplomacia onidirecional e a separação entre a política e a economia” (UEHARA, p. 86, 2003). A partir disso, o governo japonês buscou recuperar e fortalecer suas interações com os países da região asiática, reconstruindo as relações com a Coreia do Sul e a China. Diante disso, usou do seu poder econômico para restabelecer um predomínio nas interações de comércio, ainda investindo em ajuda aos países do Leste e do Sudeste asiático.

Com a crise do petróleo, na década de 1970, teve que procurar novas relações com outros Estados, tornando a política externa japonesa multilateral. Os países do Oriente Médio foram os quais o Japão se aproximou mais nesse período, era dependente da importação de petróleo (UEHARA, 1995). O Japão buscou se aproximar do Oriente Médio após um relaxamento dos embargos com a região, procurando ter uma relação com outros Estados diferente dos americanos. Só após o primeiro-ministro japonês, Miki Takeo, declarar apoio aos árabes nos conflitos do Oriente Médio e fazer uma viagem para a região, o suprimento de petróleo aumentou para 85% para o Japão (SMITH, 1995). A aproximação com os países do Oriente Médio foi uma tentativa de ampliar suas relações externas para além dos EUA já que até a década de 1970 as interações japonesas estavam estreitamente ligadas aos americanos.

No entanto, o Japão possuía interesse em aumentar sua participação na região asiática. Com a derrota americana na Guerra do Vietnã e sua retratação pela sua atuação durante a Segunda Guerra Mundial, isso gerou uma necessidade dos japoneses se posicionarem para a manutenção da estabilidade na região. Com o fim da Guerra do Vietnã, houve a diminuição dos gastos militares e isso possibilitou um

aumento dos fluxos dos recursos japoneses, como ajuda, investimentos e créditos, o que ajudou o crescimento econômico na região (SAITÔ,1990). Foi nesse período que o Japão também buscou se aproximar da China; em 1972 os dois países estabeleceram acordos comerciais, transporte, navegação e pesca. O Estado nipônico procurou, a partir de 1973, não deixar de lado as questões de conflito internacional, buscando por intermediá-los, “isso permitia ao Japão, em casos de disputas continuar mantendo relações comerciais com ambos os países envolvidos (NESTER apud UEHARA, p.94, 2003).

O primeiro-ministro japonês, Fukuda Takeo (1976-1978), declarou à Dieta que a manutenção política internacional e o avanço dos países industrializados somente seriam possíveis com um desenvolvimento equilibrado entre os países do Sul e Norte global, assim, propondo o papel de intermediador da interação entre os países do Sul e do Norte. O interesse do Japão de ser um moderador das relações colocava o país numa posição de neutralidade, o que seria benéfico, pois podia garantir sua segurança e o projetaria para o internacional. Dessa forma, poderia ocupar uma posição central e permitia deliberar entre os países em conflito sem se colocar em risco. Porém, essa posição japonesa poderia trazer risco, visto que, não poderia agradar a todos com o seu posicionamento. Como a projeção econômica japonesa crescia, isso ampliou as expectativas para que o país tivesse um papel mais ativo no cenário internacional, fazendo que tentasse equilibrar o poder na região asiática, tanto no campo da segurança. Para o autor Saitô, o crescimento japonês criou a demanda para que o país desempenhasse um papel mais ativo, pois havia se tornado um país de grande economia e isso o colocava na posição de desempenhar um maior papel no campo político e militar.

Como foi visto, neste capítulo, a Restauração Meiji foi o momento em que o Japão temendo ser invadido pelas potências ocidentais, se projeta para ser um aliado desses Estados na região, assim, conseguindo manter seu Estado soberano e conseguindo se tornar uma possível potência. O processo de ter uma política expansionista levou terror a outros Estados na região, pois o Japão utilizava seus recursos para o benefício próprio, além disso, aplicava várias punições aos países, principalmente na Coreia que houve um período que foi proibido usar o seu idioma e em que as mulheres eram usadas com violência e eram consideradas “damas de conforto”. Na Grande Guerra o Japão participou ao lado dos vencedores, mas no processo do entre guerras os Estados ocidentais tinham um certo receio em relação

ao Estado nipônico, por causa da sua política de expansão, deixando-o de lado. Como o Japão não tinha um aliado, teve que buscar um que pudesse formar uma aliança, desse modo, se aproximou da Alemanha.

Após a derrota na Segunda Guerra Mundial, o Japão teve o seu território invadido, provocando mudança em seu regime político, reestruturou sua economia e sua política, e passou a se projetar e se reinserir no sistema internacional como um ator que poderia mediar conflitos, se mantendo na neutralidade e não entrando de fato nos conflitos para manter o artigo 9º da Constituição. No último capítulo será tratado sobre a questão militar japonesa, será abordado a desmilitarização, a criação das Forças Armadas, sistema internacional na década de 90 e por fim o estudo de caso sobre o processo de remilitarização japonesa.

4 A QUESTÃO MILITAR DO JAPÃO

Com a ocupação do território o Japão teve que passar por um processo de desmilitarização, deixando a sua segurança para os Estados Unidos ficarem responsáveis, no entanto, com o fim da Guerra Fria se mostrou a necessidade do Japão em pensar em se remilitarizar e tomar medidas para garantir sua segurança e tentar equilibrar a balança de poder na região. Como no realismo neoclássico, o comportamento do sistema internacional tende a influenciar as tomadas de decisões dos Estados no âmbito doméstico. Com a mudança que o fim da Guerra Fria trouxe e as crises que se instauraram a sociedade japonesa e os políticos começaram a refletir sobre a posição que o país tinha no sistema internacional, no qual estava sujeito a sofrer um possível ataque e não ter forças suficientes para se defender. Com isso, este último capítulo será sobre a desmilitarização japonesa e o seu processo de remilitarização no final da década de 1990 e início dos anos 2000.

4.1 A Desmilitarização Japonesa

Com a derrota japonesa no fim da Segunda Guerra Mundial e a ocupação de seu território, os Estados Unidos tiveram que elaborar acordos com o propósito de realizar o processo de desmilitarização do Japão, mantendo as forças de ocupação no arquipélago, tendo-se observado os resultados da mudança política e econômica do país. A elaboração de acordos e a permanência das tropas americanas ocupando o território nipônico se deu por três preocupações em relação ao Japão: a primeira é que o Estado japonês poderia se remilitarizar depois da ocupação e impulsionar um ataque contra os EUA; a segunda é que o país poderia se tornar instável politicamente, gerando a necessidade de nova intervenção militar para restabelecer a ordem interna; e a terceira é que o Japão poderia se aliar com os países comunistas e dar acesso a eles seu potencial industrial (SAMUELS, 2007).

Para isso, foram impostos uma série de documentos que definiram as bases do processo de ocupação e desmilitarização do território, que serão apresentados e analisados a seguir: a Declaração de Postdam (JAPÃO, 1945)¹⁶, a Ata de Rendição

¹⁶JAPÃO. Declaração de Potsdam, 26 de julho de 1945. Nascimento da Constituição do Japão. Ministério das Relações Exteriores, Tóquio. Disponível em: <<https://www.ndl.go.jp/constitution/e/etc/c06.html>>. Acesso em: outubro de 2023.

do Japão (JAPÃO, 1945)¹⁷, Política de Pós-Rendição dos Estados Unidos para o Japão (JAPÃO, 1945)¹⁸, a Constituição Japonesa (JAPÃO, 1947)¹⁹, o Tratado de Segurança entre os Estados Unidos e o Japão (JAPÃO, 1951)²⁰ e o Tratado de Cooperação Mútua e Segurança Entre os Estados Unidos e o Japão (JAPÃO, 1960)²¹. Assim, os Estados Unidos buscaram impedir que os soviéticos pudessem de alguma forma se aproximar do Japão e que controlassem a questão armamentista, a política externa, e até mesmo a política doméstica japonesa.

Na Declaração de Potsdam, assinada pelos Aliados, está exposto o interesse de concretizar o processo de desarmamento e desmilitarização no país. No artigo 7º da declaração estabelece que as forças de ocupação iriam permanecer até que fosse desmantelado o poder de guerra japonês, sendo preciso a designação de pontos no território para determinar as bases das tropas. De acordo com o 11º, seria permitido ao Japão a manutenção das indústrias para a estabilização da economia, porém, não seria permitido que elas pudessem trazer o rearmamento para a guerra. Desse modo, o governo americano utilizou a Constituição para controlar e assegurar que os japoneses não teriam aparato político-militar e, assim, se engajar novamente com uma política expansionista.

O Artigo 6º determina por parte das tropas aliadas o intuito de acabar com o sistema militar que estabeleceu a política de expansão do império japonês. Nos Julgamentos de Tóquio seriam julgados e condenados componentes do governo e do militar no período da guerra, e buscaria manifestar a substituição de líderes que representam os ideais democráticos e pacifistas para se desvincular, considerado pela comunidade internacional, da imagem militarista e ultranacionalista (ROMÃO,

¹⁷ JAPÃO. Ata de Rendição do Japão, 2 de setembro de 1945. Registro do Estado-Maior Conjunto dos EUA. **Arquivos Nacionais**. Disponível em: <<https://www.archives.gov/milestone-documents/surrender-of-japan>>. Acesso em: outubro de 2023.

¹⁸ JAPÃO. Política de Pós-Rendição dos Estados Unidos para o Japão, 6 de setembro de 1945. Problemas Político-Militares no Extremo Oriente: Política inicial dos Estados Unidos pós-derrota em relação ao Japão. **Arquivos Nacionais**. Disponível em: <<https://www.ndl.go.jp/constitution/shiryō/01/022/022tx.html>>. Acesso em: outubro de 2023.

¹⁹ JAPÃO. Constituição (1947), 03 de maio de 1947. **A Constituição do Japão**: 1947. Tóquio, Dieta, 1947. Disponível em: <<https://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/constituicao.html>>. Acesso em: outubro de 2023.

²⁰ JAPÃO. Tratado de Segurança entre os Estados Unidos e o Japão, 8 de setembro de 1951. Política Externa Geral. **Publicação do Departamento de Estado, Washington, DC**. Disponível em: <https://avalon.law.yale.edu/20th_century/japan001.asp>. Acesso em: outubro de 2023.

²¹ JAPÃO. Tratado de Cooperação Mútua e Segurança Entre os Estados Unidos e o Japão, 19 de janeiro de 1960. Tratado de Segurança Japão-EUA. **Ministério das Relações Exteriores do Japão**. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/q&a/ref/1.htm>>. Acesso em: outubro de 2023.

2020). Os artigos 7º e 11º expressam a preocupação e preferência pelo desarmamento japonês por meio da dissolução do complexo militar industrial.

Em 2 de Setembro de 1945 foi assinada a Ata de Rendição do Japão, documento que consuma a aceitação dos termos da Declaração de Potsdam por parte de Hirohito e do governo japonês. A assinatura da Ata inicia o período de ocupação americana que durou sete anos, desde sua assinatura em 1945 até 1952. Após a assinatura da Ata de Rendição do Japão, foi aprovada a Política de Pós-Rendição dos Estados Unidos para o Japão, no dia 6 de setembro de 1945. No documento estavam determinadas as políticas de ocupação que seriam implementadas pelas tropas americanas, os processos de desmilitarização e desarmamento, mudança de regime para a democracia. Conforme o documento:

O desarmamento e a desmilitarização são as tarefas principais da ocupação militar e devem ser levados a cabo prontamente e com determinação. O Japão não deve ter um exército, uma marinha, uma força aérea, organizações de polícia secreta, ou qualquer aviação civil. As forças japonesas do exército terrestre, marinha e força aérea devem ser desarmadas e dissolvidas, e a Sede Imperial Japonesa, o Estado-Maior, e todas as organizações de polícia secretas devem ser dissolvidas. Materiais militares e navais, navios militares e navais, instalações militares e navais, e aeronaves militares, navais e civis devem ser entregues e devem ser descartados conforme requerido pelo Comandante Supremo²².

Em relação à desmilitarização, tinha a diretriz para a destruição dos equipamentos do Exército Imperial Japonês e da Marinha Imperial Japonesa. Tanto o exército quanto a marinha imperial foram desfeitas e seus equipamentos foram capturados, menos aqueles que desapareceram e foram para no mercado ilegal durante o caos que foi esse período. Os armamentos japoneses foram todos destruídos, desde espingardas, armas, munição e até mesmo aviões de combate, para ficar evidente a determinação das tropas americanas em levar adiante o processo de desmilitarização, de um país que já estava derrotado em várias áreas doméstica e internacional (ROMÃO, 2020).

No ano seguinte foi implementada a nova Constituição do Japão, visto que a Constituição Meiji tinha pontos em que MacArthur considerava que poderia facilitar um possível ressurgimento militar japonês. Entre esses pontos tinha o fato que o Primeiro-Ministro e o Gabinete Ministerial não eram diretamente responsáveis em vista da Dieta e o sistema militar japonês era autônomo de qualquer controle civil

²² National Diet Library. United States Initial Post-Surrender Policy for Japan. Disponível em: https://www.ndl.go.jp/constitution/e/shiryō/01/022/022_007r.html

(ROMÃO, 2020). Com a nova Constituição, MacArthur concretizaria a desmilitarização e qualquer possibilidade de uso da força militar com o artigo 9º, que estabelecia as diretrizes para a renúncia à guerra.

Devido ao Japão ser próximo da URSS e da China, a possibilidade de precisar garantir a segurança e a defesa do território não podendo utilizar seus próprios meios, o primeiro-ministro japonês, Shigeru Yoshida (1948-1954), criou uma solução para este problema. Um dos principais pontos da Doutrina Yoshida era priorizar as relações do Japão com os EUA, forma de garantir a segurança japonesa, delegando aos americanos o papel de garantir sua segurança no plano internacional. Neste sentido, em 1951 foi assinado em São Francisco, o Tratado de Segurança entre os Estados Unidos e o Japão. O artigo 1º, o papel das tropas americanas era de assegurar a segurança japonesa contra ataques externos, podendo os americanos usar suas forças terrestres, marítimas e aéreas para defender os japoneses. No artigo 2º expressa o domínio dos EUA como representante militar e principal capacidade armamentista no país nipônico.

O Tratado de Segurança esteve em vigor durante nove anos, entrando em vigor, posteriormente, o Tratado de Cooperação Mútua e Segurança Entre os Estados Unidos e o Japão, sendo este novo tratado como uma renegociação do anterior. O artigo 5º preserva os Estados Unidos como elemento que assegura a segurança japonesa contra ataques sobre o seu território. No artigo 6º, se mantém o posicionamento americano como principal garantidor militar e força beligerante no território nipônico, reconhecendo legalmente a presença militar dos EUA no Japão. Deste modo, foram mantidas as bases sobre a ocupação dos EUA sobre o Japão, com os americanos desempenhando o papel de assegurar a segurança e a defesa japonesa durante as décadas seguintes. Conforme estabelecido o tratado:

ARTIGO V - Cada Parte reconhece que um ataque armado contra qualquer uma das Partes nos territórios sob a administração do Japão seria perigoso para a sua própria paz e segurança e declara que agiria para enfrentar o perigo comum de acordo com as suas disposições e processos constitucionais. Qualquer ataque armado e todas as medidas tomadas em consequência dele serão imediatamente comunicadas ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, em conformidade com as disposições do artigo 51.º da Carta. Tais medidas cessarão quando o Conselho de Segurança tiver tomado as medidas necessárias para restaurar e manter a paz e a segurança internacionais.

ARTIGO VI - Com o objectivo de contribuir para a segurança do Japão e para a manutenção da paz e segurança internacionais no Extremo Oriente, é concedido aos Estados Unidos da América a utilização pelas suas forças terrestres, aéreas e navais de

instalações e áreas no Japão. A utilização destas instalações e áreas, bem como o estatuto das forças armadas dos Estados Unidos no Japão, serão regidos por um acordo separado, que substituirá o Acordo Administrativo ao abrigo do Artigo III do Tratado de Segurança entre o Japão e os Estados Unidos da América, assinado em Tóquio, em 28 de fevereiro de 1952, conforme alterado, e por outros acordos que possam ser acordados (MOFA, 1960).

O interesse dos líderes japoneses de se desmilitarizar ocorreu pela balança de ameaça que surgiu no sistema internacional, através dos EUA e outros Estados, que viam o Japão como uma potencial ameaça, mesmo estando fraco militarmente. No realismo neoclássico, cabem aos líderes de Estados definirem quais as suas tomadas de decisões diante de uma ameaça para justificar seu comportamento no sistema internacional; no caso do Japão o primeiro-ministro Yoshida buscou acatar as diretrizes americanas e de se isolar do sistema internacional para futuramente tentar recuperar sua imagem.

O tratado de segurança assinado pelos japoneses e americanos constitui em uma aliança militar, em que o país mais fraco se alia com o mais forte, caracterizando o bandwagoning. A aliança militar tende a se formar quando surge uma possível ameaça e acabam aderindo à aliança. Os Estados Unidos visavam a desmilitarização para conseguir, de forma mais fácil, guiar os japoneses nessa nova fase, e conseqüentemente, afastar os soviéticos do país nipônico. A desmilitarização trouxe também ao Japão a chance de se debruçar somente sobre as questões domésticas e econômicas do país, assim não precisando se preocupar com a sua segurança que seria assegurada pelos americanos.

4.2 Forças de Autodefesa

Durante a Guerra Fria as Forças de Autodefesa consistiram em projetar a política externa japonesa por meio da Doutrina Yoshida. Basicamente, as Forças de Autodefesa são as Forças Armadas do Japão, no entanto, elas não são vistas como Forças Armadas, visto que, o Japão é proibido constitucionalmente de provocar ataques ofensivos, além disso, não possuíam capacidades para além do necessário para a defesa do arquipélago. Desse modo, as Forças de Autodefesa não poderiam obter grande parte dos recursos financeiros do país, já que os recursos eram destinados para a recuperação econômica, sendo os Estados Unidos responsáveis pela proteção do país.

As Forças de Autodefesa não foram criadas de uma vez, elas surgiram a partir de um projeto institucional que começou por meio da Guerra da Coreia, no período da ocupação. O Japão não tinha o intuito de desenvolver o poder que não fosse o econômico, visto que, o primeiro-ministro Yoshida se preocupava com a imagem que o país poderia passar para a comunidade internacional. Com a intensificação da Guerra da Coreia, Washington mandou que MacArthur não deveria agir em defesa da Coreia do Sul se isso significasse que o Japão ficaria desprotegido, a prioridade tinha que ser os japoneses (MACARTHUR, 1964). Mesmo assim, foi autorizado que MacArthur estipulasse soldados para a guerra, no entanto as forças americanas, no Japão, não possuíam grandes capacidades, as tropas americanas entram no conflito do modo que se encontravam.

Antes da Guerra da Coreia havia quatro divisões das tropas americanas no território nipônico; com a ocorrência da guerra MacArthur enviou a Vigésima Quarta Divisão, a Vigésima Quinta Divisão e a Primeira Cavalaria, ficando somente no Japão a Sétima Divisão. Com o envio das tropas foi necessário a criação de uma maneira para proteger o país e, em julho de 1950 MacArthur autorizou que Yoshida aumentasse as forças policiais do Japão (MAEDA, 1995), dando a justificativa que as forças policiais eram insuficientes para o tamanho da população.

Yoshida informou a Dieta que havia negociado com o Quartel General que a nova força policial seria separada da polícia já existente e estaria subordinada ao governo. A Dieta contestou a constitucionalidade dessa nova força policial, dado que poderia representar um possível rearmamento. Já Yoshida defendia que ela somente tinha o propósito de assegurar a ordem no país e que não tinha a possibilidade de rearmamento através dela (YOSHIDA, 1961). A Reserva Nacional foi implementada um mês após a autorização de MacArthur; o primeiro-ministro comandaria a nova força, sendo dividida em distritos e teria equipamentos para a manutenção das tarefas. Na sua criação, segundo Maeda (1995), já era possível observar que iria crescer com o passar do tempo, sua formação era completamente distinta das forças policiais já existentes.

A Comissão Y foi criada para assegurar as capacidades da Marinha do Japão e debater sobre sua organização. Em abril de 1952, foi aprovada pelo Parlamento a criação da Força de Segurança Marítima; mesmo com a criação da força marítima os japoneses não tinham eficiência para se defender (WATANABE, 2015). Em maio daquele ano foi levado a Dieta um projeto de lei para que fossem unidas a Força de

Segurança Marítima e a Reserva Nacional, e para que aumentassem as capacidades marítimas e terrestres para manter a segurança no território. Nessa condição, o termo “potencial de guerra” teve seu sentido modificado pelo governo japonês, visto que o termo se expõe os recursos armamentistas que possam levar à guerra, porém para os japoneses as duas forças não se estabeleceriam por meio desse “potencial de guerra” (MAEDA, 1995). Em julho o projeto foi aceito e foram criadas as Forças de Segurança.

A criação das Forças de Segurança gerou um incômodo nos vizinhos japoneses; Yoshida argumentava que seu objetivo era garantir a paz e a segurança doméstica do país, no entanto, o papel não era o mesmo das Reservas Nacional de Polícia, pois não tinham o propósito de ser como a força policial, já que iriam adquirir equipamentos pesados, fazendo assim, as Forças de Segurança terem características militares (WATANABE, 2015). As Forças de Segurança foram criadas tendo um contingente de 110 mil homens e teriam uma educação militar americana. Para os americanos a criação foi bem-vista, dado que o país nipônico fazia parte do plano dos Estados Unidos na Doutrina de Contenção na Ásia. O Japão começou a receber equipamentos enviados pelos EUA e, em 1953 iniciou-se a pressão por parte dos americanos para os japoneses se remilitarizar e recomendaram uma nova parceria baseado na lei *Mutual Security Assurance (MSA)*²³.

Através do MSA, os EUA ofereceram assistência financeira aos japoneses para que pudessem expandir de 110 mil homens para 350 mil homens as Forças de Segurança. No começo, o Japão não concordou com a proposta, justificando que a Constituição não possibilitaria que aumentasse o contingente estipulado pelos americanos, no entanto, a Constituição não se referia a números (WATANABE, 2015). Porém, a pressão que os americanos fizeram fez com que Yoshida considerasse outra vez a política de crescimento econômico. Yoshida enxergava a pressão com uma oportunidade de ampliar o comércio japonês, mas, para o primeiro-ministro, se submeter aos interesses dos EUA no campo militar poderia ocasionar o envio de tropas japonesas para o exterior, e isso o Japão não queria fazer.

O MSA foi a oportunidade que Yoshida viu para que houvesse um avanço econômico no Japão. As grandes empresas japonesas e com o Ministério de

²³ Por meio da MSA os EUA ofereciam assistência financeira e solicitavam participação em alianças de defesa coletiva.

Comércio Internacional e Indústria (MITI) encontram a oportunidade para criar as indústrias exportadoras de armamentos; enquanto faziam sua parte na aliança, estariam lucrando e a economia estaria em crescimento, e ao mesmo tempo, conseguiam manter o bem-estar da aliança exportando armamentos (PYLE, 2007). Desse modo, Yoshida asseguraria o crescimento econômico, o bom relacionamento com os americanos e ainda conseguiria novas tecnologias para o Japão, através da produção de armas com os Estados Unidos. Yoshida enviou Hayato Ikeda para uma negociação com os americanos, que propuseram aos japoneses que a Força de Segurança deveria ter 325 mil homens na divisão terrestre, 13.500 membros e 18 destróieres na divisão marítima, e 30 mil membros e 800 caças na divisão aérea. Ikeda explicou que o Japão não poderia se comprometer com a proposta por causa da Constituição e o representante americano, Walter Robertson, propôs uma revisão para a Constituição, no entanto, Ikeda negou (MAEDA, 1995). A negociação terminou com 180 mil membros para a divisão terrestre, 16.555 membros para a divisão marítima e 20.700 para a divisão aérea. Com isso, foi emitido um comunicado de que foi decidido que o país nipônico ampliaria sua capacidade defensiva ao seu ritmo econômico, para substituir as tropas americanas, que em algum momento teriam que sair do território nipônico.

Na época em que o MSA estava sendo negociado, estava ocorrendo discussões internas entre os partidos acerca da segurança do país. Em setembro de 1953 Yoshida se encontrou com Shigemitsu Mamoru, líder do Partido Progressista, para decidir que a Força de Segurança deveria se tornar as Forças de Autodefesa para evitar a possibilidade de uma invasão ao território. Assim, em 1954 Yoshida propôs a Dieta a criação da Agência de Defesa e da Força Aérea que fazia parte da Força de Segurança Nacional, tornando-se, posteriormente, as Forças de Autodefesa. No tempo em que ocorreu a criação das Forças de Autodefesa, os japoneses procuraram manter suas próprias capacidades defensivas, porém sem se comprometer de mais com os americanos.

4.3 A Indústria de Defesa

A criação da indústria de defesa ocorreu no período da ocupação do território nipônico, em certa medida, incoerente com os interesses dos EUA, visto que, no início da ocupação, os americanos queriam eliminar qualquer possibilidade que pudesse levar aos japoneses um processo para se remilitarizar. Com a ocupação

foram proibidas de funcionar as indústrias de armamento, acontecendo o desmantelamento, como as zaibatsu, as que eram pequenas empresas foram autorizadas a fabricar materiais para guerra, não sendo permitido a fabricação de armamento. Ainda que fossem proibidas, com o avanço da Guerra da Coreia os americanos pediram materiais pesados para os japoneses. Desse modo, a estrutura que se estabeleceu no Japão após a ocupação começou a ser modificada de acordo com as vontades americanas.

O Conselho de Cooperação Tecnológica foi criado em 1951 para atender os pedidos americanos e, em 1952, o Comando General autorizou a fabricação de armas e aviões. Após a autorização, o Japão criou leis para possibilitar a produção e o Comitê de Produção de Materiais de Defesa sugeriu um plano de rearmamento que visava a duração de seis anos (MAEDA, 1995). O Japão alegou que somente poderia arcar com 56% e o restante seria arcado pelos Estados Unidos, porém os americanos rejeitaram a proposta por ela ser considerada inviável. Como contraponto, a Dieta aprovou em 1957 uma proposta de aparelhamento militar, ampliando o número de tropas, aeronaves e navios, o principal ponto era a expansão da Indústria de Defesa, desenvolvendo a produção de armas dentro do limite constitucional a fim de proporcionar a expansão da força de defesa do Japão (WATANABE, 2015). A Agência de Defesa ultrapassou, no mesmo ano, os Estados Unidos em compras militares.

Em 1958 foi criado o Primeiro Plano de Modernização de Defesa que consistia em legitimar a produção nacional e fortalecer a indústria. Em 1971, o plano para modernização foi ampliado para acelerar o processo, pois em 1958 os produtos japoneses correspondiam a 50% e em 1970 eles passaram a serem 90% dos produtos japoneses (MAEDA, 1995). Nessa época, as zaibatsu foram reestruturadas e voltaram a ser semelhantes às anteriores do desmembramento. O maior caso foi a Mitsubishi que havia sido desmembrada em três durante a ocupação e em 1950 reconstruiu seu parque industrial e começou a produzir aeronaves para as Forças de Autodefesa, em 1960 se tornou o maior fornecedor de aeronaves do Japão. O Estado nipônico que se considerava desmilitarizado estava se reerguendo com o apoio da Indústria de Defesa.

4.4 A Questão Nuclear Japonesa

A questão das armas nucleares é tida como uma temática obscura em relação à defesa do país pelo fato de ter tido a possibilidade de possuí-las, com o aval dos Estados Unidos. Além de que, esse tipo de armamento pode ser considerado inconstitucional. O programa nuclear japonês teve início na década de 1950, tendo como objetivo a pesquisa e o desenvolvimento de plantas nucleares. Em 1954, a Dieta aprovou a primeira lei que destinou 230 milhões de ienes para os estudos de energia nuclear e em 1955, foi aprovado o Ato Básico de Energia Atômica, que definiria como seria o programa japonês.

Com a aprovação da lei foi criada a Comissão de Energia Atômica e a Comissão de Segurança Nuclear; a primeira foi criada como o propósito de comandar a pesquisa, o desenvolvimento e a utilização da energia nuclear, e a segunda foi criada com o objetivo de comandar matérias ligadas à segurança do funcionamento da primeira (WATANABE, 2015). O Programa Nuclear japonês passou durante a Guerra Fria por diferentes momentos: o primeiro, na década de 1950, foi dedicada para a pesquisa e para os acordos de cooperação com os americanos; o segundo foi na década de 1960, em que foi direcionada para a obtenção de tecnologias; e o terceiro momento, nas décadas de 1970 e 1980, representou a estabilidade e a rentabilidade do programa nuclear.

O programa nuclear foi criado, primeiramente, pela falta de recursos naturais e energéticos. Apesar disso, o primeiro-ministro Kishi Nobusuke (1957-1960) tentou fazer com que a energia nuclear fosse destinada para fins não pacíficos, para que pudesse ter no território nipônico armas nucleares, no entanto, mesmo com o esforço de Kishi para trazer essa pauta, somente na década de 1960 que ela foi discutida: com a Crise dos Mísseis acontecendo e com o teste nuclear chinês em 1964 foi que se intensificaram as discussões sobre a possibilidade de possuírem meios nucleares. Em 1964, assumiu o governo Sato Eisaku (1964-1972), que concordava com a opinião do secretário geral do Partido Liberal Democrata (PLD), Fukuda Takeo, de que se tinha que se desfazer da ideia de se ter armas nucleares (SOLINGEN, 2007). Porém, algum tempo depois mudou de ideia afirmando que se os chineses tivessem armas nucleares os japoneses deveriam ter também.

Com a proposta do Tratado de Não Proliferação (TNP), o primeiro-ministro mandou realizar um estudo secreto sobre a capacidade de se desenvolver arsenal nuclear. O estudo indicou que seria possível a produção do próprio arsenal, no entanto, isso não seria possível pois a opinião doméstica e internacional era contra

(PYLE, 2007). Em 1969 o Ministério dos Assuntos Estrangeiros informou que o país não iria possuir armas nucleares, aderindo ou não o TNP, mas iria manter o potencial econômico e técnico para a produção. Sato discursou em 1970 na Assembleia da ONU afirmando que o país não tinha o interesse de se tornar uma potência militar, mas isso não tirava a possibilidade de ser uma potência.

O governo japonês assinou o TNP em 1970 e o ratificou só em 1976; antes de ser ratificado o tratado, surgiu uma enorme discussão entre os partidos e dentro do PLD, no qual políticos argumentavam a importância das armas nucleares para a defesa (SOLINGEN, 2007). Com a assinatura do TNP o Japão passou a desenvolver a indústria energética nuclear, promovendo o crescimento econômico. Em 1970, o diretor da Agência de Defesa (JDA) pediu um estudo sobre a possibilidade de nuclearização do Japão mesmo sendo contra tal ideia, pois poderia ter a possibilidade de os japoneses não estarem, em algum momentos, sob a proteção americana e talvez seria necessário as armas nucleares para se defender.

Em janeiro de 1972, Sato conversou com o presidente americano Richard Nixon sobre o Japão sobre a decisão. Sato argumentou que a Dieta havia aceitado os termos antinucleares de forma unânime, e então, os japoneses não teriam outra escolha a fazer senão seguir os americanos (SOLINGEN, 2007). Sato tinha o interesse com a política antinuclear que os Estados Unidos se retirassem da ilha de Okinawa e, conseqüentemente, a Dieta teria a possibilidade de reaver a integração da ilha. Com a ratificação do TNP o Japão deixou de lado a possibilidade de ter as armas nucleares, no entanto, na época da Guerra Fria e com a proteção americana, o Japão deixou que entrasse artefatos nucleares em seu território.

4.5 O Sistema Internacional na Década de 1990

A queda do Muro de Berlim em 1989 e o colapso da União Soviética marcam o fim da Guerra Fria e o início de uma nova ordem mundial. Mesmo assim, a última década do século XX ficou marcada pela insegurança e pela eclosão de vários conflitos armados, dentre eles, a Guerra do Golfo, a guerra entre Armênia e Azerbaijão, o genocídio em Ruanda, o desmembramento da Iugoslávia e a guerra civil em Serra Leoa.

Nesse período, houve também a ampliação das instituições que se debruçaram para discutir sobre governança e sobre a capacidade dos Estados em não conseguirem enfaticamente lidar com os temas de meio ambiente, comércio e

tráfico internacional (SANTOS, 2013). Em relação à economia mundial, houve a formação de blocos econômicos e uma nova reestruturação mundial levando com que “as restrições que se colocam à atuação dos Estados na regulamentação e controle desses fluxos abrem espaço para que o conceito de soberania no ambiente internacional seja revisado e para a cunhagem do termo globalização” (SANTOS, p. 67, 2013), visto que, os países que não são potências são arrastados pelos os outros Estados para arcar com os seus interesses. Houve ainda crises regionais que impactaram o sistema, como a crise asiática em 1997.

A década de 1990 foi um período em que o Japão teve a possibilidade de projetar sua liderança no sistema internacional, sobretudo em relação a Guerra do Golfo e a Crise Asiática. A Guerra do Golfo teve início com a invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990. O Iraque declarou que o Kuwait havia entrado em seu território com instalações militares e petrolíferas, acusando também que estavam fazendo uma superprodução. Essa superprodução, junto com os Emirados Árabes, estava fazendo com que o preço do petróleo tivesse uma queda no mercado internacional, prejudicando a economia iraquiana que dependia da exportação e que estava se recuperando da guerra contra o Irã (UEHARA, 2003).

Em 4 de agosto, o presidente americano, George Bush, pediu ao primeiro-ministro japonês Kaifu Toshiki que participasse de medidas contra o Iraque (UEHARA, 2003). O Japão não enviou uma resposta imediatamente já que o país esperava a decisão da Comunidade Europeia que, por fim, decidiu aplicar sanções econômicas ao Iraque. A Guerra do Golfo colocou à prova a liderança japonesa em sua região, que de alguma forma precisava de um equilíbrio de poder pois a região ainda sofria com os interesses dos ocidentais. O primeiro-ministro Kaifu enviou uma proposta para a Dieta para que fossem enviados apoio logístico para o Golfo, porém a Constituição restringia essa proposta, que gerou reações adversas das forças políticas de oposição, do próprio PLD e da opinião pública (UEHARA, 2003). Como a guerra não foi considerada pela sociedade japonesa e pelos políticos uma ameaça para o Japão, a sua resposta para a guerra foi pequena, temendo que de alguma forma o envio de tropas para o Golfo pudesse estragar sua relação com os seus vizinhos e até mesmo com sua população. Mas, precisando se posicionar diante do que estava acontecendo, o Japão enviou ajuda financeira e humanitária.

Na esfera econômica, a Crise Asiática teve início com a flutuação da moeda tailandesa, o Baht, ocorrendo sua desvalorização e fazendo com que o problema se

estendesse para outras economias vizinhas, como a Malásia, Indonésia, Filipinas, sofrendo pelo “efeito contágio” (PEMPEL, apud, UEHARA, 2003). Com o desenvolvimento econômico japonês durante a Guerra Fria, o Japão se tornou uma potência econômica, então se esperava que o país tomasse a frente para ajudar os países asiáticos nessa crise. No entanto, como ocorreu com a Guerra do Golfo, o Japão não conseguiu um resultado que agradasse a comunidade internacional. O país nipônico tentou criar um Fundo Monetário da Ásia (FMA) com o intuito de ajudar a região. Muitos países asiáticos ficaram interessados com a proposta de apoio financeiro, porém os Estados Unidos e o FMI não ficaram contentes com a proposta japonesa e criaram fortes resistências (UEHARA, 2003). Não foi só os EUA e o FMI que impediram a criação do FMA, mas também a falta de articulação política do Japão na diplomacia financeira. A falta de sucesso em ampliar as relações do Japão com seus vizinhos demonstrou a deterioração da sua projeção de liderança internacional, isso se deve também pelos problemas econômicos domésticos já que desde 1990 o Japão teve um baixo crescimento econômico.

4.6 O Processo de Remilitarização Japonesa

Na década de 1990, houve três crises que levaram os japoneses a repensarem a questão militar do país: a Guerra do Golfo, a crise nuclear da Coreia do Norte e a crise do Estreito de Taiwan. Estas crises marcaram o começo do processo de remilitarização do Japão. Como descrito antes, a Guerra do Golfo colocou em prova a eficiência japonesa como uma liderança na região, mesmo o país internamente tentando participar de alguma forma do conflito, a questão militar ainda era uma barreira, visto que, a sociedade japonesa não queria que fosse enviadas tropas para o conflito, enquanto, os aliados, especificamente os Estados Unidos, queriam uma ajuda mais efetiva, o que não foi possível e colocou em prova se o Japão era um parceiro confiável.

A crise nuclear da Coreia do Norte (1993-1994) também afetou a aliança Japão-EUA. No ano de 1993 foi descoberto pelos americanos que os norte coreanos tinham desenvolvido um programa secreto nuclear (SAMUELS, 2007). A Coreia do Norte alegou que a produção era para a proteção do seu território de um possível ataque militar. Já os EUA acreditavam que o Estado norte-coreano poderia exportar o seu arsenal nuclear para o Irã em troca de petróleo. Após negociações, em 1994 foi assinado um acordo em que a Coreia do Norte, o Japão e os EUA iriam enviar

óleo combustível e tecnologia para os reatores de água leve, e em troca os norte-coreanos iriam desmanchar o programa nuclear (ROMÃO, 2020). No entanto, a Coreia do Norte não acabou com o programa como também começou um programa de enriquecimento de urânio. Um dos motivos que levou ao fracasso do acordo foi que os japoneses não conseguiam agir junto aos americanos contra um possível agravamento da crise, pois o Japão era limitado e não tinha recursos para operacionalizar a aliança com os americanos.

A crise do Estreito de Taiwan (1995-1996) foi a última crise que fez o Japão perceber que precisava ter uma postura mais efetiva e equilibrada diante das ameaças que estavam ocorrendo em torno do seu território. A crise ocorreu em decorrência de testes que a China realizou em águas que circulam Taiwan que mostraram que as capacidades militares chinesas de produção se ampliaram significativamente, com centenas de mísseis instalados que poderiam alcançar o arquipélago nipônico, ainda que o motivo da instalação fosse Taiwan (ROMÃO, 2020). Além disso, a China possuía armamento nuclear, fazendo testes nucleares entre 1964 e 1996. A escalada de testes balísticos chineses gerou na população japonesa a percepção da instabilidade na região da Ásia-Pacífico.

Estas três crises demonstraram para a sociedade e para os políticos japoneses que os elevados riscos e ameaças que estava ocorrendo e que não conseguiriam entrar em um conflito com os seus vizinhos. Assim, cresceu a percepção de que ter deixado de lado por um período as forças militares colocou em risco as defesas do país. Após isso, o Japão buscou medidas para se remilitarizar.

A partir das três crises na região Ásia-Pacífico, o Japão começou a tomar novas medidas no final da década de 1990 e início dos anos 2000, trazendo a deterioração das restrições antimilitares. Nesta nova conjuntura, o Japão teria que renovar sua aliança com os Estados Unidos; deste modo, com o compromisso de manutenção da aliança foram emitidas as novas Diretrizes para a Cooperação de Defesa entre os Estados Unidos e o Japão. Uma medida importante para o processo foi o derrubamento das barreiras entre os membros governistas e os da esfera militar já até 1997 era proibido que membros do exército terem contato com os políticos da Dieta ou com pessoas ligadas com o governo sem a presença de um representante civil da Agência de Defesa do Japão (ROMÃO, 2020). O primeiro-ministro japonês, Ryutaro Hashimoto (1996-1998), aboliu a lei de não

contato da esfera militar com o governo e passou a consultar o presidente do Conselho do Exército.

O Japão estabeleceu um novo Quartel-General para a vigilância na Agência de Defesa do Japão, por causa da diminuição da aquisição de informações advindas dos Estados Unidos. Como a Coreia do Norte representava uma ameaça, o Japão em 1998 implementou uma tecnologia antimíssil e lançamentos de satélites. Após a Coreia do Norte lançar o veículo espacial Paektusan-1 na tentativa de colocar em órbita o satélite Kwangmyongsong-1 e os testes de mísseis cruzaram o espaço aéreo do Japão, a Dieta que aprovou um programa de lançamento de satélites para obter informações (ROMÃO, 2020). A Dieta, posteriormente, aprovou o financiamento de um programa da Mitsubishi Electric Corporation para vigilância por meio de satélites, deste modo, o país nipônico investiu em uma rede de satélites de vigilância que pudessem monitorar esta nova ameaça. Além disso, os japoneses estabeleceram junto com os americanos um programa de desenvolvimento de tecnologia antimíssil. A cobertura da capacidade dos satélites se limitava a observar o Japão e águas próximas, no entanto começaram a traçar planos para expandir a cobertura com capacidade para observar as áreas como a África Oriental, a Ásia Central, o Estreito de Malaca e o Golfo Pérsico.

Uma medida institucional importante para a remilitarização foi a diminuição dos poderes do Gabinete Legislativo. Em 1999, os políticos conservadores ainda seguiam as diretrizes da Doutrina Yoshida, trabalhando alinhada com os políticos do Partido Liberal Democrata para garantir o controle militar do país. Para alguns políticos, o Gabinete Legislativo tomou para si o papel de controle do exército japonês, quando os políticos conservadores impediram que o Japão enviasse tropas para a Guerra do Golfo, forças políticas opositoras prometeram uma retaliação. A retaliação veio quando Ichiro Ozawa exigiu o controle do Gabinete Legislativo para trazer o seu Partido Liberal para a coalizão com o PLD, possibilitando que o secretário-geral do PLD, Keizo Obuchi, se tornasse primeiro-ministro (SAMUELS, 2007). Já com Junichiro Koizumi como primeiro-ministro (2001-2006), o Gabinete Legislativo foi colocado sob o controle político mais rigoroso, perdendo autonomia, e dando um passo para a reconfiguração militar.

O Japão aprovou uma nova lei para criar a guarda costeira como uma subdivisão das forças armadas japonesas; nesta lei, a Guarda Costeira estava autorizada a usar a força em conjuntura de “defesa justificável” e perante uma

emergência, diferentemente da Força Marítima que tinha a missão de abastecer de combustível as tropas americanas e britânicas no Oceano Índico (SAMUELS, 2007). Em 2001, foi estabelecido o aumento do poder do Gabinete do Primeiro-Ministro, implementando três alterações no Gabinete; o primeiro foi o aumento do poder do primeiro-ministro para a definição de políticas; o segundo foi a reforma da estrutura da Secretaria de Governo; e a terceira foi a criação do Gabinete do Governo (ROMÃO, 2020). Com as alterações implementadas, o primeiro-ministro passou a ter poder de submeter propostas ao governo sem precisar do apoio ministerial em sua maioria, sobretudo propostas relacionadas com a segurança.

Ainda em 2001, no governo de Junichiro Koizumi (2001-2006), foram aprovadas as Leis Especiais Antiterrorismo que incluíam o envio das Forças Marítimas para fazer apoio logístico aos Estados Unidos. Em novembro de 2001 o Japão enviou embarcações com 700 marinheiros para fornecer combustíveis para as forças americanas e britânicas na operação no Afeganistão (OROS, apud, ROMÃO, 2020). Com a deterioração das restrições antimilitares, o Japão enviou tropas das Forças de Autodefesa para o Iraque. Mesmo os japoneses não podendo usar da força, foi atribuído o dever na área da engenharia civil, sobretudo na infraestrutura e no tratamento de água. As tropas japonesas tiveram uma presença discreta e durante a missão os japoneses não efetuaram nenhum disparo ou sofreram baixas.

Em junho de 2003, o Japão aprovou três leis de emergência, permitindo às Forças de Autodefesa para responderem os possíveis ataques internacionais. A primeira foi a Lei Relativa Às Medidas Para Asseguração da Independência Nacional e Segurança Numa Situação de Ataque Armado, consistindo em regulamentar a resposta a um ataque armado ou ameaça. Nesta condição, o primeiro-ministro criou um plano de contingência, sendo necessário ser aprovado pela Dieta, que comandou uma equipe para resolver a situação de ameaça. A segunda foi a Lei Para Alterar a Lei das Forças de Autodefesa, que consistia em utilizar as Forças de Autodefesa para a autoproteção, sendo permitido que elas pudessem entrar em espaços de propriedade privada e punir as empresas que não cooperarem. A última foi a Lei Para Alterar a Lei do Estabelecimento do Conselho de Segurança, podendo mudar os membros do Conselho de Segurança Nacional. O ataque terrorista no metrô de Tóquio em 1995, o lançamento de mísseis da Coreia do Norte e o ataque das Torres Gêmeas em 2001, fizeram com que a sociedade japonesa aceitasse

essas leis para a segurança do país e aumentassem o poder do governo japonês mediante a crises e ameaças tanto domésticas como externas.

Em março de 2006, houve a ampliação da integração operacional das Forças de Autodefesa, um novo chefe das forças armadas é escolhido entre o Exército, Marinha ou Aeronáutica para ser o conselheiro do ministro de defesa e o primeiro-ministro, esta foi uma medida importante para a remilitarização, visto que, antes as forças de segurança não podia estar ligada ao governo, com os militares e o governo definindo os planos das Forças de Autodefesa no combate de ameaças (OROS, apud, ROMÃO, 2020). Para alcançar essas mudanças, foi feito com que a Agência Japonesa de Defesa se transformasse no Ministério da Defesa, com isso, o Ministério da Defesa passou a negociar as questões de segurança com os Estados Unidos, assim, demonstrando as mudanças o esforço para mudar a questão militar no país.

O Realismo Neoclássico considera a importância de várias variáveis, inclusive da política doméstica, tais como o entendimento por parte dos líderes políticos no processos de tomada de decisão, uma forma de explicar o seu comportamento. Utilizando esta corrente para interpretar o caso em análise, o processo de remilitarização japonesa ocorreu pelas circunstâncias que estavam acontecendo na região, enxergadas pelos decisores japoneses como ameaças à segurança japonesa. Além dos líderes políticos japoneses, que tiveram um papel fundamental para a elaboração da tomada de decisão, uma alteração na opinião pública japonesa, que passou a ser favorável a remilitarização, também é um fator doméstico que influenciou.

O Japão, ao se aliar aos EUA por meio do *bandwagoning*, deixou de lado a preocupação com a sua segurança. Mesmo que tenha criado sua Força de Autodefesa, não seria possível que ela conseguisse proteger o Japão com o surgimento de possíveis ameaças, como as armas nucleares. Assim, o *bandwagoning* faz com que as decisões políticas sejam influenciadas pelo parceiro da aliança, deixando pouca autonomia. Esta estratégia se mostrou limitada frente o surgimento de novas ameaças regionais e a ascensão chinesa como competidora do domínio global norte-americano. A remilitarização parece ter representado a retomada do *balancing* japonês após um longo período.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho analisou a questão da segurança militar japonesa, abordando a política expansionista da Era Meiji que conduziu o Japão as consequências do processo de desmilitarização, a ocupação americana, a reinserção no sistema internacional após a Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, ao processo de remilitarização. Para isto, aplicou a moldura teórica do Realismo Neoclássico, cuja visão considera que a política externa é projetada pela posição que o Estado ocupa no sistema internacional, pelo poder que tem para projetá-la, além de ser configurada a partir de sua política doméstica, o que inclui os principais tomadores de decisões e o apoio da sociedade.

Assim, na Era Meiji, frente a ameaças externas, sobretudo a Grã-Bretanha, o país teve que se modernizar para conseguir proteger seu território, vendo o que estava ocorrendo com os outros países da região. O Japão utilizou, assim, o *balancing* construindo uma aliança militar com a Grã-Bretanha para frear o avanço russo na região. Ao perceber que poderia se igualar militarmente aos britânicos, os japoneses passaram a promover sua política expansionista, buscando através dela conseguir recursos para poder se fortalecer. No realismo neoclássico, o país consegue projetar da melhor maneira a sua política externa se tiver o apoio da sociedade. A política externa japonesa, nesse período, tinha o apoio da sociedade, satisfeitos com a política imperialista, considerando a superioridade frente a outros países asiáticos.

Durante a Primeira Guerra Mundial, como o Japão tinha a estratégia do *balancing* com a Grã-Bretanha, o país nipônico participou da guerra para causar danos na Alemanha, se dando, basicamente, do Japão tomar as posses alemãs da região. Como a Alemanha estava lidando com os Aliados não conseguia cuidar das suas posses na região e o Japão aproveitou para conquistá-las. Uma característica do *balancing* é que a aliança militar pode acabar e os países dessa aliança podem se tornar inimigos. No período entre guerras os países estavam reivindicando os territórios invadidos pelos japoneses, principalmente a China, só que o Japão não queria devolver e se sentia no direito de ficar com elas por tê-las “conquistado”, os países do Ocidente começaram a olhar os japoneses como uma ameaça e, conseqüentemente, começaram a isolar o país. Com isso, o Japão teve que buscar

um novo *balancing* com a Alemanha, buscando evitar um isolamento no sistema internacional e continuar com as antigas posses alemãs.

Com a derrota na Segunda Guerra Mundial o Japão passou por uma ocupação em seu território, e teve que se reestruturar politicamente e economicamente. Neste período de ocupação, o Estado japonês teve que se desmilitarizar, para que pudesse tirar a imagem de perigo para os países e para que os Estados Unidos conseguissem aplicar as mudanças necessárias sem o receio do Japão tentar atacar. Além da desmilitarização duas questões tiveram grande impacto no Japão; a primeira foi a criação de uma nova Constituição que delegava quais seriam as mudanças adotadas pelos japoneses, foi nesta Constituição que foi criada o Artigo 9º que fez com que o país nipônico renunciasse a guerra e desfizesse o seu poder militar. A segunda questão foi a mudança de regime, o Japão passou de uma regime autoritário para uma democracia; esta era uma das maiores exigências dos americanos, pois queriam exportar seu modelo de regime e queriam afastar os soviéticos do Japão. A mudança de regime somente aconteceu porque o Imperador Hirohito não sofreu nenhuma punição por seus crimes, os americanos tinham o receio de que se o Imperador fosse julgado a população japonesa fizesse um levante, dificultando o processo de ocupação.

Com o fim da ocupação americana no Japão, o governo nipônico e o governo americano criaram uma aliança militar para proteger o Japão de uma eventual ameaça. Esta aliança se deu por meio do *bandwagoning*, em que o Estado mais fraco é ameaçado por um Estado mais forte e acaba formando uma aliança com esse Estado, e esse Estado mais forte acaba influenciando nas tomadas de decisões do Estado mais fraco. Para o Japão conseguir retomar a sua soberania teve que assinar um tratado de segurança com os americanos, e a política japonesa doméstica e externa, na área de segurança, ficou alinhada com os americanos.

Neste período, a ajuda e investimento financeiro e a parceria com os Estados Unidos foi essencial. Primeiro, porque o governo japonês buscava se reinserir no sistema internacional e demonstrar que havia abandonado sua política expansionista. Segundo, que a sociedade japonesa queria que o Japão tivesse uma política pacifista, sem se envolver em conflitos, pois acreditava que essa era a melhor escolha para manter o crescimento econômico.

As tomadas de decisões que conduziram o Japão aos processos de desmilitarização e remilitarização se deram em conjunturas diferentes, mas sob

fortes tensões. O processo de desmilitarização ocorreu sob um Japão derrotado e devastado pela Segunda Guerra Mundial, no qual teve que se submeter a ocupação americana e se viu obrigado a aceitar as interposições do General MacArthur. De um lado, a decisão americana se dava pelo receio do Japão de alguma forma poder se rebelar e de conseguir durante a ocupação se impor sem dificuldades. Por outro lado, a decisão japonesa se deu pelo fato que os líderes políticos viram que seria uma forma de reconstruir o país com o apoio de uma grande potência, mesmo isso significando se subjugar. Assim, o Japão teria os EUA como aliado, e não precisaria se preocupar com a segurança e os esforços seriam destinados somente para reestruturação do país.

As tomadas de decisões levaram o Japão ao processo de remilitarização ocorrerem sob a conjuntura entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000. Ao eclodirem conflitos e crises que poderiam ameaçar a segurança japonesa, sobretudo os testes de mísseis norte-coreanos, a sociedade japonesa e o governo perceberam que o Japão poderia estar em perigo frente a uma possível nova ameaça. A aliança, o *bandwagoning*, que tinha com os Estados Unidos e as Forças de Autodefesa talvez não seriam suficientes para garantir a segurança do arquipélago nipônico. Os líderes políticos e a população japonesa, ao perceberem que as ameaças poderiam adentrar o arquipélago começaram a mudar de opinião quanto à questão de segurança. Assim, os políticos tomaram uma série de medidas para que o Japão pudesse se remilitarizar, como aproximar os militares nas tomadas de decisões, criaram leis para responder a possíveis ameaças e criaram o Ministério da Defesa.

De fato, a aliança de segurança com os Estados Unidos trouxe o benefício de o Japão não precisar gastar recursos e nem tempo com a questão militar, visto que estava delegando aos americanos tal tarefa. Porém, isso criou uma falsa sensação de segurança, pois o Japão pensou que seria quase impossível sofrer uma ameaça estando ao lado dos Estados Unidos. A análise desenvolvida aqui também leva a interpretar que a interação entre fatores domésticos e internacionais teriam dificultado uma tentativa japonesa de se remilitarizar antes da década de 1990. Por um lado, sua segurança não pareceria ameaçada, tendo em vista a política de *bandwagoning* com os Estados Unidos e a estabilidade na segurança regional. Por outro lado, o governo japonês era conservador e via a questão militar negativamente

e temia que isso prejudicasse a sua economia, além da sociedade japonesa não ser a favor de uma remilitarização antes do ocorrido.

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco, **Dicionário de política**, Brasília: Editora da UnB, 1991, v. 2. 1081 p.
- BRAILLARD, Philippe. **Teorias das Relações Internacionais**. trad. Pereira Gomes, J J & Silva Dias. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.
- COONEY, Kevin J. **Japan's foreign policy since 1945**. Nova York: M.E. Sharpe, 2006.
- CRESWEL, J. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- DOS SANTOS, Aline Pavan. **O debate teórico da década de 1990: possibilidades analíticas para política externa**. Leviathan (São Paulo), n. 6, p. 63-91, 2013.
- DRIFTE, Reinhard. **Japan's quest for a permanent security council seat**. Palgrave Macmillan, a division of Macmillan Publishers Limited, 2000.
- FERREIRA, Marcos Alan S. V. **Regimes Políticos e Desenho Institucional em Política Externa**. In: *Análise de Política Externa em Perspectiva: Atores, Instituições e Novos Temas*. p.94-120, 2020.
- FIGUEIRA, Ariane R. **Introdução à Análise de Política Externa: volume 1**. São Paulo: Saraiva, 2011. Cap. 1 e Cap. 2, p. 3-42.
- FRANK, Robert. **Political Regimes and Foreign Policies: Attitudes Towards War and Peace**. Foreign Policy and Regime ed. José Flávio Sombra Saraiva, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, p.65-83, 2003.
- FREIRE, Maria Raquel; VINHA, Luís da. **Política Externa: Modelos, Actores e Dinâmicas**. Política Externa: Às Relações Internacionais em Mudança. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 13-54, 2011.
- FUKUSHIMA, Akiko. **Japanese foreign policy: The emerging logic of multilateralism**. Springer, 1999.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HURRELL, Andrew. **Political Regimes and Foreign Policies: An Introduction**. Foreign Policy and Regime ed. José Flávio Sombra Saraiva, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, p.29-63, 2003.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

JAPÃO. Constituição (1947), 03 de maio de 1947. A Constituição do Japão: 1947. Tóquio, **Dieta**, 1947. Disponível em: <<https://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/constituicao.html>>. Acesso em: outubro de 2023.

JAPÃO. Declaração de Potsdam, 26 de julho de 1945. Nascimento da Constituição do Japão. **Ministério das Relações Exteriores**, Tóquio. Disponível em: <<https://www.ndl.go.jp/constitution/e/etc/c06.html>>. Acesso em: outubro de 2023.

JAPÃO. Ata de Rendição do Japão, 2 de setembro de 1945. Registro do Estado-Maior Conjunto dos EUA. **Arquivos Nacionais**. Disponível em: <<https://www.archives.gov/milestone-documents/surrender-of-japan>>. Acesso em: outubro de 2023.

JAPÃO. Política de Pós-Rendição dos Estados Unidos para o Japão, 6 de setembro de 1945. Problemas Político-Militares no Extremo Oriente: Política inicial dos Estados Unidos pós-derrota em relação ao Japão. **Arquivos Nacionais**. Disponível em: <<https://www.ndl.go.jp/constitution/shiryo/01/022/022tx.html>>. Acesso em: outubro de 2023.

JAPÃO. Tratado de Segurança entre os Estados Unidos e o Japão, 8 de setembro de 1951. Política Externa Geral. Publicação do Departamento de Estado, Washington, DC. Disponível em: <https://avalon.law.yale.edu/20th_century/japan001.asp>. Acesso em: outubro de 2023.

JAPÃO. Tratado de Cooperação Mútua e Segurança Entre os Estados Unidos e o Japão, 19 de janeiro de 1960. Tratado de Segurança Japão-EUA. **Ministério das Relações Exteriores do Japão**. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/q&a/ref/1.html>>. Acesso em: outubro de 2023.

KOSEKI, Shoichi. **The birth of Japan's postwar constitution**. Boulder: Westview Prees, 1997.

KUPCHAN, Charles A. **How enemies become friends: The sources of stable peace**. Princeton University Press, 2010.

LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. **Neoclassical Realist Theory of International Politics**. Oxford University Press, Nova York, 2016.

MACARTHUR, Douglas. **Reminiscenses**. Nova Iorque: Ed. McGraw-Hill, 1964.

MAEDA, Tetsuo. **The hidden army: The untold story of Japan's military forces**. Edition q, 1995.

Mee Jr., Charles L. **Paz em Berlim: A Conferência de Potsdam em 1945 e seu mister de encerrar a Segurança Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. São Paulo: Editora UnB, 2002.

O'Donnell, Guillermo; Schmitter, Philippe. **Transition from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies**, Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986.

PYLE, Kenneth. **Japan rising: The resurgence of Japanese power and purpose**. Nova York: Public Affairs, 2007.

RIBEIRO, Jaqueline de Sá. **As transformações sociopolíticas e culturais no Japão da Era Meiji (1868-1912) a partir das Cartas do Japão, de Wenceslau de Moraes**. 2017. Disponível em: <<https://www.btdt.uerj.br:8443/bitstream/1/13056/1/Jaqueline%20de%20Sa%20Ribeiro.pdf>>.

ROMÃO, Pedro Azevedo Monteiro de Sousa. **O Advento da nova política de segurança e defesa para o Japão: a implementação de uma nova estratégia de segurança nacional no período 2013-2018**. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/31515/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o_Pedro%20Rom%c3%a3o.pdf>.

ROSE, Gideon. **Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy**. World Politics v. 5, n. 1, pp. 144-177, 1998.

SAITÔ, Shiro. **Japan at the Summit: Its Role in the Western Alliance and in Asian Pacific Cooperation**. Routledge, 1990.

SAKAMOTO, Kazuya. Conditions of an independent state: Japanese diplomacy in the 1950s. In: **The Diplomatic History of Postwar Japan**. Routledge, 2009. p. 50-80.

SAMUELS, Richard J. **Securing Japan: Tokyo's grand strategy and the future of East Asia**. Cornell University Press, 2019.

- SCHWELLER, Randall, L. **Bandwagoning For Profit: bringing the revisionist state backin.** in: *International Security*, v. 19, n. 1, 1994.
- SCHWELLER, Randall. L.; PRIESS, David. **A tale of two realisms: expanding the institutional debate.** *International Studies Review*, v. 41, n. 1, 1997.
- SCHWELLER, Randall L. **Unanswered Threats: A Neoclassical Realist Theory of Underbalancing.** *International Security*, v. 29, n. 2, pp. 159-201, 2004.
- SMITH, Dennis. **Japan since 1945: the rise of an economic superpower.** Bloomsbury Publishing, 1995.
- SOLINGEN, Etel. **Nuclear logics: contrasting paths in East Asia and the Middle East.** Princeton University Press, 2007.
- SUGITA, Yoneyuki. **Pitfall Or Panacea: The Irony of U.S. Power in Occupied Japan: 1945-1952.** Nova York: Routledge. 2003.
- TAKEMAE, Eiji. **Allied occupation of Japan.** A&C Black, 2002.
- TOGO, Kazuhiko. **Japan's Foreign Policy, 1945-2003: The Quest For a Proactive Policy.** Brill Academic Pub. 2005.
- UEHARA, Alexandre Ratsuo. **A Política Externa do Japão no Final do Século XX. O Que Faltou?** Annablume, 2003.
- WALT, Stephen M. **Alliance Formation and the Balance of World Power.** *International Security*, v. 9, n. 4, pp. 3-43, 1985.
- WATANABE, Paulo Daniel. **A Reinserção Internacional do Japão no Pós-Segunda Guerra Mundial.** 2011.
- WATANABE, Paulo Daniel. **Segurança e Política Externa do Japão no Pós-Segunda Guerra Mundial.** Alameda Editorial, 2015.
- WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais.** Lisboa: Gradiva, 2002.
- WOHLFORTH, William C. **Realism and security studies.** In: DUNN CAVELTY, M., & MAUER, V. *The Routledge handbook of security studies.* Milton Park, Abingdon, Oxon, Routledge, 2010.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2001.
- YOSHIDA, Shigeru. **Last Meiji Man.** Rowman & Littlefield Publishers, 1961.